



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 558/2011

Acrescenta a Profissão de Farmacêutico no rol de profissões previsto no art. 2º da Lei Estadual nº 16.346, de 18 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas poluidoras contratarem responsável técnico em meio ambiente.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 16.346, de 18 de dezembro de 2009, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

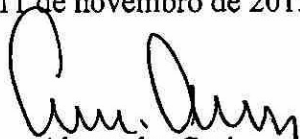
“Art. 2º ...

(...)

VII – Farmacêutico, com pós-graduação em gestão e/ou engenharia ambiental.”

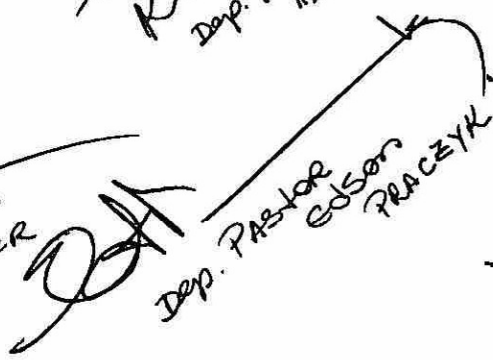
Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.


Alexandre Curi
Presidente


Dep. Rose
“Lito”


Relator
Dep. TONINHO
WANDSCHEER


Dep. PASTOR
EDSON
PRACZYK



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 159/2012

Estabelece procedimentos para o acondicionamento e transporte de pranchas de *surf*, e semelhantes em bagageiros apropriados nos ônibus utilizados no serviço de transporte intermunicipal de passageiros no litoral do Estado do Paraná.

Art. 1º Ficam estabelecidos procedimentos para o acondicionamento e transporte de pranchas de *surf* e semelhantes em bagageiros apropriados nos ônibus utilizados no serviço de transporte intermunicipal de passageiros no litoral do Estado do Paraná.

§ 1º As empresas que detenham ou venham a possuir linhas que atendam exclusivamente aos municípios do Litoral do Estado do Paraná ficam obrigadas a disponibilizar no mínimo cinco por cento de sua frota, a ônibus adaptados com bagageiro apropriado para o transporte de pranchas de *surf*, *bodyboard*, *longboard* ou *stand up surf*, ficando estes denominados de *Surf Bus*.

§ 2º As pranchas deverão ser embarcadas nos veículos de forma correta, com o intuito de não comprometer a segurança e a integridade dos passageiros e dos equipamentos durante o transporte, devendo ser observadas as dimensões estabelecidas, em obediência as normas do Código de Trânsito Brasileiro.


Art. 2º As pranchas embarcadas nos veículos terão o mesmo tratamento de controle de identificação, zelo e indenizações para os casos de danos ou extravios das demais bagagens.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.


Alexandre Curi
Presidente


Relator
Dep. Toninho
WANDSCHEER


Dep. Pastor
Edson
PRACZYK



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto Lei Complementar
nº 476/2012**


Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, incluindo os Municípios de Centenário do Sul, Guaraci, Lupionópolis, Mirassolva, Prado Ferreira e Uraí, Rancho Alegre e Sertaneja na Região Metropolitana de Londrina.


Art. 1º Fica alterado o art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que institui a Região Metropolitana de Londrina:


“Art. 1º Fica instituída, na forma do art. 25, § 3º, da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos Municípios de Londrina, Cambé, Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Ibiporã, Rolândia, Sertãoópolis, Tamarana, Primeiro de Maio, Alvorada do Sul, Assaí, Sabáudia, Jaguapitã, Pitangueiras, Florestópolis, Porecatu, Centenário do Sul, Guaraci, Lupionópolis, Mirassolva, Prado Ferreira e Uraí, Rancho Alegre e Sertaneja.


Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.


Presidente PASTOR ELSON PRADZYK


Relator
Dep. TONINHO WANDSCHEER


Dep. Rose Lito


Dep. Pedro Lupion



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação Final ao Projeto de Lei Complementar
nº 8/2013**

Altera a Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991.

Art. 1º Altera a súmula, o art. 3º e o *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Súmula: dispõe sobre a repartição do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental.

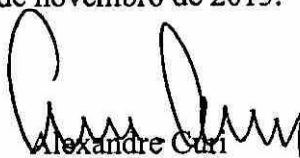
(...)

Art. 3º Os municípios contemplados na presente Lei pelo critério de mananciais são aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de bacias hidrográficas e mananciais de abastecimento público atual para municípios vizinhos, e aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de áreas de interesse de mananciais de abastecimento público reconhecidas por decreto estadual.

Art. 4º A repartição de cinco por cento do ICMS ecológico a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, será feita a seguinte maneira:”

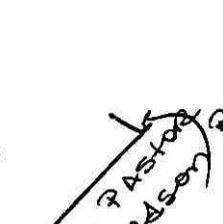
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.


Alexandre Curti
Presidente


Relator
Dep. Toninho
WAPIDScheer




Dep. Pastor
Eusebio
PRACYK


Dep. Rose
LITAÓ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 36/2013

Altera dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, incluindo produtos classificados na nomenclatura brasileira de mercadorias.

Art. 1º A alínea “s” do inciso II do art. 14 da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“s) empilhadeiras (NCM 8427.10.19, 8427.20.10 e 8427.20.90), trator esteira (NCM 8429.11.90), rolo compactador (NCM 8429.40.00), motoniveladoras (NCM 8429.20.90), carregadeiras (NCM 8429.51.9), escavadeira hidráulica (NCM 8429.52.19 e 9429.52.90) e retroescavadeiras (NCM 8429.59.00).”


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.


Alexandre Curi
Presidente


Relator

Dep. TONINHO
WANDSCHEER


Dep. Rote "Lito"


Dep. PASTOR Edson
PAPEZYK



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 77/2013

Institui o Dia da Valorização das Pessoas com Síndrome de Down, a ser realizado anualmente em 21 de março.

Art. 1º Fica instituído o Dia da Valorização das Pessoas com Síndrome de Down, a ser realizado anualmente em 21 de março.

Art. 2º Ficará o Poder Público encarregado de dar ampla divulgação sobre o tema na semana que antecede à data ora instituída.

Art. 3º A data constante no art. 1º desta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.

Alexandre Gull
Presidente

Relator
Dep. Toninho
Wandscheer

Dep. Rose "Lito"

Dep. Pastor
Edson Praczyk



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 113/2013

Institui o Festival Internacional de Capoeira como evento cultural oficial do Estado do Paraná, a ser realizado anualmente no primeiro final de semana do mês de agosto.

Art. 1º Fica instituído, no Estado do Paraná, o Festival Internacional de Capoeira, a ser realizado anualmente no primeiro final de semana do mês de agosto.



Art. 2º A data instituída no art. 1º passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.


Alexandre Curi
Presidente


Relator
Dep. TOWINHO
WANDSCHEER


Dep. ROSA "LITEO"

Dep. PASTOR Edson
PAREZYK



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 126/2013

Dispõe sobre a instituição da Semana Estadual do Estatuto da Criança e do Adolescente – SEMANECA, a ser comemorada durante a semana de 13 de julho.

Art. 1º Fica instituída a Semana Estadual do Estatuto da Criança e do Adolescente – SEMANECA, que será comemorada durante a semana de 13 de julho.

Art. 2º A data instituída no art. 1º desta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.

Alexandre Curi
Presidente

Relator

Dep. Toninho
WANDSCHEER

Dep. Raul Nito

Dep. Pastor Edison
PRACZYK



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 222/2013

Institui a Semana Estadual de Combate à Violência Doméstica e Sexual Contra a Mulher, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de agosto.

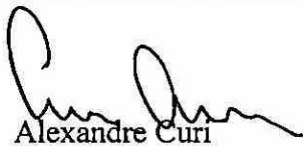
Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Estado do Paraná, a Semana Estadual de Combate à Violência Doméstica e Sexual contra a Mulher, a ser realizada anualmente na segunda semana do mês de agosto.

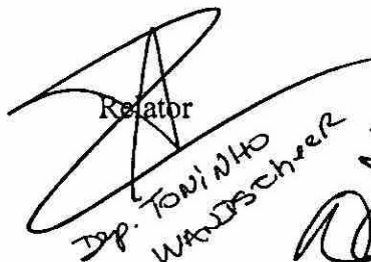
Parágrafo único. No ensejo do evento de que trata esta Lei, deverão ser realizadas palestras, debates, seminários, dentre outros, visando ao esclarecimento e à conscientização da sociedade paranaense sobre a violação dos direitos da mulher.

Art. 2º A semana ora instituída passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.


Alexandre Curi
Presidente


Relator
Dep. Toninho
Wanderschneider


Dep. Rômulo
"Lilão"


Pastor Edison
RACZYK
Dep.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 409/2013

Institui o Dia Estadual da Agroecologia, a ser comemorado anualmente na primeira segunda-feira do mês de julho.

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Agroecologia, a ser comemorado anualmente na primeira segunda-feira do mês de julho.

Parágrafo único. O dia ora instituído passará a constar no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

Art. 2º O Dia Estadual da Agroecologia terá caráter de evento oficial, objetivando mobilizar o Poder Público, a iniciativa privada, a comunidade acadêmica e escolar e outros segmentos organizados da sociedade, que juntos concentrarão esforços no desenvolvimento de atividades, ações e campanhas que esclareçam e incentivem sobre a importância do desenvolvimento de propostas alternativas de agricultura familiar: socialmente justas, economicamente viáveis e sustentáveis ecologicamente.

Art. 3º As atividades a serem desenvolvidas no Dia Estadual da Agroecologia consistirão em:

I – estimular o desenvolvimento de ações destinadas à discussão e fomento da atividade agroecológica no Estado;

II – realização de atividades educativas e recreativas alusivas à data em órgãos da Rede Pública de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná, Universidades Estaduais e outros;

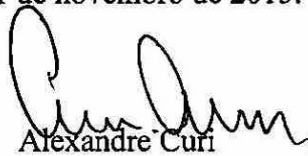
III – as atividades serão elaboradas, organizadas e ministradas pelo poder público e por segmentos da sociedade organizada paranaense, obedecendo princípios éticos e morais nos espaços disponibilizados à realização das atividades do cronograma do Dia Estadual da Agroecologia, podendo ser abordadas as seguintes ações:

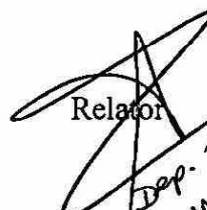
a) fixação de cartazes;

- b) distribuição de folders;
- c) distribuição de adesivos;
- d) realização de palestras;
- e) peças teatrais;
- f) outros.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.


Alexandre Curi
Presidente


Relator
Dep. TONINHO
WANDSCHEER

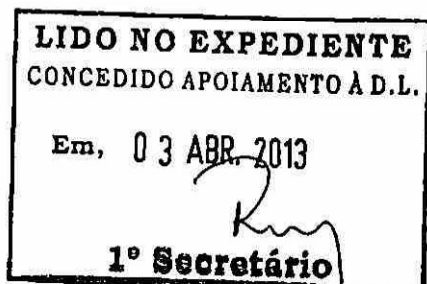

Dep. PASTOR
COLSON
PRACZYK


Dep. PASTOR
COLSON
PRACZYK



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 116/2013

Dispõe sobre autorização da construção da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Santo Antonio do Paraíso.

Art. 1º Fica autoriza a construção da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município Santo Antonio do Paraíso.

Art. 2º A Central Geradora Hidrelétrica – CGH Congonhinhas será implantada no rio Congonhas (23°29'59.11"S, 50°36'27.76"O), situada na Fazenda Santa Bárbara e Congonhas, no Município de Santo Antonio do Paraíso, denominada Fazenda Cecília do Bom Jesus, devidamente cadastrada no INCRA sob nº 712.191.000.132-6, com divisas, limites e confrontações descrito na Matrícula nº 3.731 do Cartório de Registro de Imóveis de Congonhinhas. A área de terra está situada no entorno da Cachoeira do Rio Congonhas, que se confronta ao Sul com a propriedade no município de Santo Antonio do Paraíso, de propriedade da Empresa TCA ENERGIA SPE LTDA.

Art. 3º A construção da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, está sujeita ao cumprimento das normas ambientais, observadas as legislações municipal, estadual e federal.

Art. 4º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

ALEXANDRE CURTI

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, tem por objetivo a construção da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada em Santo Antonio do Paraíso.

A CGH Congonhinhas será implantada junto a importantes centros consumidores, numa região em franco desenvolvimento de agroindústrias e uso intensivo de energia na produção de grãos que exigem confiabilidade de fornecimento e estabilidade nos sistemas de transmissão. A inclusão de mais esta fonte de geração, junto aos centros de carga, vem ao encontro dessas necessidades, atendendo, por conseqüência, aos requisitos básicos para a sustentação dos processos de crescimento e modernização da produção na região.

Congonhinhas, inserida nesse cenário, já nos dias de hoje, teria sua energia totalmente absorvida pelo mercado consumidor dos centros de carga mais próximos, fato que por si só justifica plenamente a implementação de todo o seu potencial em uma única etapa de motorização.

As dimensões mínimas de seu reservatório, com operação a “fio-d’água”, não produzirá impactos relevantes ao meio ambiente, podendo constituir-se, por outro lado, em mais um elemento de desenvolvimento da região.

O arranjo geral do aproveitamento e as estruturas que o compõem correspondem a soluções convencionais de engenharia civil, empregadas em obras desta natureza no Brasil. Da mesma forma, os equipamentos eletromecânicos projetados possuem características amplamente dominadas na fabricação, transporte, operação e manutenção em nosso território.

Sendo assim contamos com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente propositura.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI nº 116/2013

Projeto de Lei nº 116/2013

Autor: Deputado Estadual Alexandre Curi

1

Súmula: Dispõe sobre autorização da construção da central geradora hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso.

EMENTA: CONSTRUÇÃO DE CENTRAL HIDRELÉTRICA GERADORA (CGH) A SER LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO PARAISO. POSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLÉIA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 E 209 CE. ARTS. 33 E 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 2º E 9º RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMA/IAF Nº 09/10. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Alexandre Curi visa autorizar a construção de Central Geradora Hidrelétrica (CGH) a ser localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Entende-se por Central Geradora Hidrelétrica a unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 (um) megawatt, normalmente com barragem somente de desvio, em rio com acidente natural que impede a subida de peixes, nos termos do artigo 2º da Resolução Conjunta SEMA/IAP nº 09/2010:

Art. 2º Para efeito desta Resolução entende-se por:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



a. CGH - Central Geradora Hidrelétrica - unidade geradora de energia com potencial hidráulico igual ou inferior a 1 MW (um megawatt), normalmente com barragem somente de desvio, em rio com acidente natural que impede a subida de peixes.

Ainda, a Resolução supramencionada dispõe que empreendimentos caracterizados como Central Geradora Hidrelétrica – CGH necessitam para obter a licença de instalação de diversos documentos, entre eles a autorização da Assembleia Legislativa:

Art. 9º Empreendimentos caracterizados como CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA – CGH e como PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA – PCH , com potência instalada de até 10 MW, deverão efetuar o requerimento de licenciamento ambiental da sua unidade geradora de energia através dos documentos dispostos no Art. 8º, acrescidos dos seguintes documentos:

II LICENÇA DE INSTALAÇÃO – LI

a) Cadastro de Obras Diversas – COD;

b) Aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, conforme Art. 209 da Constituição Estadual;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



- c) Despacho da ANEEL aprovando o Projeto Básico, no caso de PCH;
- d) Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – RDPA;
- e) Apresentação da outorga prévia dos recursos hídricos;
- f) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para supressão vegetal emitido pelo órgão competente, caso se aplique;
- g) Apresentação do pedido (protocolo) de autorização para manejo (estudos e resgate) da fauna emitida pelo órgão competente;

Neste sentido, a Constituição Estadual estabelece em seu artigo 209 que a construção de centrais termelétricas e hidrelétricas dependerá da aprovação desta Assembléia Legislativa:

Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoelétricas e hidrelétricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Desta forma, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 09 de julho de 2013.

Dep. Turini

Dep. Walter

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR

Dep. Sena

Dep. Cur

Dep. Dupont

Dep. Dupont

APROVADO

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

09.07.13



PARECER

Da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente
sobre o Projeto de Lei nº **116/2013** de autoria
do Deputado Alexandre Curi que *DISPÕE*
SOBRE AUTORIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO
DA CENTRAL GERADORA HIDRELÉTRICA
– CGH, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE
SANTO ANTÔNIO DO PARAÍSO.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) em análise, de autoria do Deputado Alexandre Curi, objetiva autorizar a construção de uma central geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no município de Santo Antônio do Paraíso.

De acordo com a justificativa apresentada a CGH Congoinhas será implantada junto a importantes centros consumidores, numa região de franco desenvolvimento de agroindústrias e uso intensivo de energia na produção de grãos que exigem confiabilidade de fornecimento e



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



estabilidade nos sistemas de transmissão. Ainda, a inclusão de mais esta fonte de geração junto aos centros de carga, vem ao encontro dessas necessidades, atendendo por consequência, aos requisitos básicos para a sustentação dos processos de crescimento e modernização da produção na região.

O projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (art.33-A, inciso I¹ do Regimento Interno) recebendo parecer favorável,

Sendo então encaminhado a esta Comissão conforme dispõem o artigo 33-K² do Regimento Interno.

É o relatório, no que interessa.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, se remete ao artigo 33-K³ do Regimento Interno desta Casa Legislativa, o qual determina que esta Comissão é competente para exarar o presente parecer, uma vez que a construção em apreço, via de regra, interfere e/ou altera o meio ambiente.

Ainda, nos termos do artigo 209 da Constituição Estadual compete a esta Assembleia Legislativa em autorizar a construção de termoeletrica, o que por si só justifica a proposição em apreço.

¹ Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

² Art. 33-K Compete à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente manifestar-se sobre as proposições que interfiram ou alterem o meio ambiente, assim como aquelas que pretendam dispor sobre a conservação da natureza e evitar a depredação dos recursos naturais.

³ V. nota 3



PODER LEGISLATIVO

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION



Art. 209. Observada a legislação federal pertinente, a construção de centrais termoeletricas e hidreletricas dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembleia Legislativa; a de centrais term nucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária.

Logo se verifica pela norma supra citada que cabe à Assembleia Legislativa tão somente a aprovação para a viabilizar a construção de usinas termoeletricas e hidreletricas.

Desta forma, não cabe à Assembleia Legislativa realizar juízo de valor em relação ao impacto ambiental e/ou qualquer outro aspecto, uma vez que se encontra na própria norma constitucional a exigência de se apresentar os documentos pertinentes aos órgãos competentes, bem como o cumprimento da legislação estadual e federal em relação a matéria.

Ainda, deve ser considerado os benefícios que a construção da aludida ÇGH trará para o município, para as indústrias bem como a movimentação financeira local.

Assim, me utilizando dos critérios de razoabilidade e de interesse público, bem como confiante no profissionalismo dos órgãos ambientais estatais, não encontro qualquer obstáculo para a regular tramitação do presente Projeto de Lei, devendo o mesmo receber parecer favorável em sede desta Comissão temática.



PODER LEGISLATIVO
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
GABINETE DEPUTADO PEDRO LUPION




CONCLUSÃO

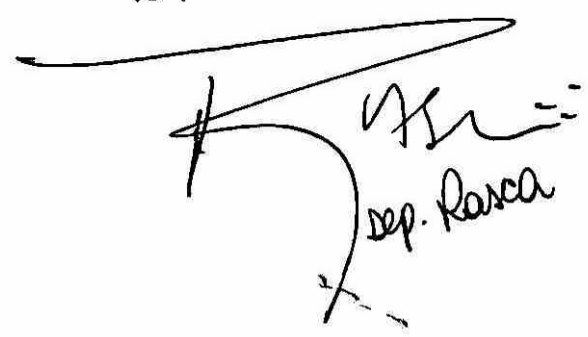
Pelo exposto, entendo pela **aprovação do mérito, no que se refere a esta Comissão**, do Projeto de Lei Nº 116/2013 de autoria do Deputado ALEXANDRE CURTI, sendo meu voto pela **APROVAÇÃO**.

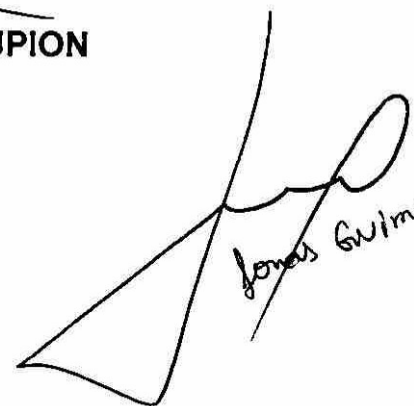
Sala das Comissões, 28 de agosto de 2013.


Deputado **CAIO QUINTANA**
Presidente


Deputado **PEDRO LUPION**
Relator


Dep. Quintana


Dep. Rasca


Jonas Guimarães


Elton de Faria



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 116/2013

Projeto de Lei nº 116/2013

Autor: Deputado Alexandre Curi

Súmula: Dispõe sobre a autorização da construção da Central Geradora Hidrelétrica CGH, localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso.

I – PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 116/2013, de autoria do Deputado Alexandre Curi, dispõe sobre autorização da construção da Central Geradora Hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso, no Estado do Paraná.

Em justificativa apresentada em seu mérito, destaca-se a importância da construção da CGH no Município, trazendo benefício para as indústrias e movimentação financeira local, com a possibilidade de um processo de construção que não produza impactos nocivos ao meio ambiente.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 116/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, uma vez que o projeto visa autorizar a construção de uma Central Geradora Hidrelétrica – CGH no município de Santo Antônio do Paraíso, Estado do Paraná. A ação sugerida para a Construção da CGH Congoinhas, condiz com a realidade inserida neste cenário, já que nos dias de hoje, o mercado consumidor e os grandes centros instalados, exigem uma carga de energia cada vez mais elevada para suprir a necessidade populacional. A CGH Congoinhas será implantada em uma região em franco desenvolvimento e sua ação justifica-se pelo interesse público que frisa os ganhos com o crescimento regional e os investimentos voltados para o bem estar de toda população.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cabe ressaltar que a CGH Congoinhas será implantada em uma área devidamente cadastrada no INCRA e com delimitações que não impedirão a suficiente instalação da Central Geradora.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ocorre que a proposição em síntese analisada, encontra uma linha importante em sua defesa, ao vir de encontro ao interesse público meramente justificado e a necessidade de se trabalhar métodos que favoreçam o crescimento populacional, sem deixar de lado a preocupação direta com o meio ambiente e o bem estar populacional. Conforme cita a Constituição Federal em seu artigo 225º no Capítulo VI, no que diz respeito à competência da União em relação ao Meio Ambiente e a qualidade de vida:

Art. 225º Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(Artigo 225º - Capítulo VI da Constituição da República Federativa do Brasil)

Desta forma, afere-se uma abrangência grandiosa voltada ao mérito desta proposição, lembrando que o referido projeto de lei condiciona claramente a necessidade do cumprimento das normas ambientais e legais para a instalação da CGH Congoinhas.

III – CONCLUSÕES

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, ainda concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com a União em razão ao bem comum: *"A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal"*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a preservação do meio ambiente, os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população, por esta razão tal proposição encontra fortes respaldos em seu mérito para seguir sua tramitação e ser apoiado por esta comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pastor Edson Praczyk, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao Município de Santo Antônio do Paraíso, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 116/2013, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 09 de setembro de 2013.

Tercílio Turini
Francisco Buhner
FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão
Adelino Ribeiro
Elton Welter
ELTON WELTER
Relator
Teruo Kato
Jonas Guimarães
Pastor Edson Praczyk



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Diretoria de Assistência ao Plenário



Emenda de Plenário nº	01
DAP	21 OUT. 2013
Visto	<i>Ilanaide</i>

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI Nº 116/2013

Nos termos do art. 137, § 1º, do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de suprimir o art. 2º do Projeto de Lei nº 116/2013, procedendo a devida renumeração dos artigos posteriores.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 21 de outubro de 2013.

① *Rose*
Dr. ROSE "Lito"
② *Jovás*
Dr. JOVÁS
Guimarães

Alexandre Curi
Deputado ALEXANDRE CURI
③ *Justus*
Dr. JUSTUS

JUSTIFICATIVA

A necessidade da presente emenda se dá pelo fato de o art. 2º conter informações pertinentes à justificativa do Projeto de Lei, não podendo ser considerado norma legal.

Luciano
④ *Batista*
Dr. BATISTA
Maria Tereza
⑤ *Maria Tereza*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 116/2013

Projeto de Lei nº 116/2013

Autor: Deputado Alexandre Curi

Súmula: Dispõe sobre autorização da construção da central geradora hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso.

EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 137, §1º E 141 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA SUPRESSIVA.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Alexandre Curi, tem por finalidade dispor sobre autorização da construção da central geradora hidrelétrica – CGH, localizada no Município de Santo Antônio do Paraíso.

Ocorre que, em segunda discussão na Sessão Plenária, em data de 21 de outubro de 2013, o ora projeto recebeu Emenda Supressiva de Plenário. Por esta razão, é que a referida Emenda

VISTA EM

29/10/2013

Dep. Tadeu Veneri

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

CCJ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

No mesmo contexto, o art. 137 do Regimento Interno classifica as emendas como supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas. O §1º, do referido dispositivo, prevê a possibilidade de uma proposição mandar erradicar qualquer parte de outra pelo meio de Emenda Supressiva, senão vejamos:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra. (grifo nosso)

Desta forma, verifica-se que a emenda apresentada em Plenário está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais, não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, por estarem presentes todos os requisitos legais, opina-se pela **APROVAÇÃO** da **Emenda Supressiva**, haja vista estar em consonância com o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2013.

DEPUTADO PEDRO LUPION
PRESIDENTE em exercício

DEPUTADO PASTOR EDSON PRACZYK
RELATOR

APROVADO
05/11/13

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2º Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
2012

D. L.
Fls. 02
11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 26 MAR. 2012

1º Secretário



Projeto de Lei nº

113/12

Súmula: Proíbe, em dia de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas.

Art. 1º. Fica proibida, em dias de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas, nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas, cujos eventos dependam para sua realização, de autorização do Poder Público Municipal ou Estadual, no âmbito territorial do Estado do Paraná.

Art. 2º. Fica proibido, em dias de jogos, na forma do artigo anterior, o acesso aos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas, de pessoas portando qualquer tipo de bebidas alcoólicas, bem como daqueles que visível e comprovadamente tiverem consumido níveis ilegais de álcool.

Parágrafo único. Para efeitos deste artigo, a autoridade policial, quando constatar indícios de alcoolemia superior a 0,50g/l de sangue (zero vírgula cinquenta gramas por litro de sangue) aferidos por equipamento etilômetro, impedirá o acesso, tomando as providências cabíveis.

Art. 3º. Os efeitos desta Lei se aplicam, também, aos jogos da Copa do Mundo da FIFA – Federação Internacional de Futebol, do ano de 2014.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 26 de março de 2012.

PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

Obs: Justificativa em anexo.

15:12 26/03/2012 00:16:73 DT ASSINADO LEGISLATIVO DO PARANÁ

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2º Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
2012



Projeto de Lei nº

Súmula: Proíbe a comercialização, distribuição gratuita e consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas.

JUSTIFICATIVA

A Política Nacional sobre o álcool, declara dentre suas diretrizes que compete aos governos e a sociedade. "estimular e fomentar medidas que restrinjam, espacial e temporalmente, os pontos de venda e consumo de bebidas alcoólicas, observando os contextos de maior vulnerabilidade às situações de violência e danos sociais".

Enquanto sociedade, abraçamos e apoiamos as medidas que visem reduzir o consumo e, sobretudo, as maléficas consequências do uso do álcool em nossa nação. E, diante da iminência da realização de um dos maiores eventos esportivos do Planeta, não podemos nos privar da oportunidade de mostrar para todos, que efetivamente estamos trabalhando para reduzir o consumo do álcool e seus prejuízos para cada cidadão paranaense.

Portanto, é de suma importância ética e humanitária que a Legislação não permita que bebidas alcoólicas sejam vendidas nos estádios de futebol e nem mesmo em seu entorno. É urgente que o Paraná e o Brasil se mostrem comprometidos com cada família paranaense e brasileira, que vem sofrendo aos longos dos anos com todas as consequências relacionadas com o uso de bebidas alcoólicas. Esse sofrimento é visto pelos representantes das agremiações, associações e confederações esportivas, como mais uma oportunidade de ampliar lucros, sem se importarem com as angustias de grande parcela de famílias, angustia esta, crescente a cada dia como epidemia, famílias que choram por causa de pessoas vítimas, diretamente ou não, pelo consumo de bebidas alcoólicas.

Assim sendo, encaminhamos a presente Proposição Legislativa, rogando pela não proliferação do consumo de bebidas

alcoólicas nos estádios de futebol, visando desconstruir um costume e uma relação perversa, que tentam estabelecer entre o Esporte e o consumo do álcool e outras drogas, que representam risco para a segurança coletiva e à paz nos Estádios de futebol do âmbito do Paraná.

Alcool nos estádios é uma ameaça à saúde pública, sendo que a Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas (ABEAD), lamenta a decisão da Comissão Especial da Lei Geral da Copa e afirma, que liberar o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios representa retrocesso na legislação brasileira.

Não há dúvidas de que a proibição da venda de bebidas alcoólicas nos estádios, prevista no Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/30), trouxe benefícios práticos para sociedade, contribuindo para diminuir a violência nos campos de futebol. Segundo cálculos do Ministério Público, a média por jogo, de ocorrências policiais nos estádios caiu de 500 para menos de 100. Só em São Paulo, a redução foi de mais de 60%. "Os números representam uma conquista para o país, mas que está sendo colocada em risco, em prol de interesses comerciais", afirma o presidente da Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas (ABEAD), senhor doutor Joaquim de Melo Neto.

O presidente da ABEAD, reforça que o Estado brasileiro ignorou o Estatuto do Torcedor e diversas leis estaduais para satisfazer interesses econômicos da FIFA e da marca de cerveja que patrocina o evento. "Não se trata apenas de uma submissão, mas também de uma séria ameaça à saúde pública. Em 30 dias, o Brasil vai retroceder anos em seu esforço pela prevenção e conscientização da população sobre os males causados pelo abuso de álcool", acrescenta.

Segundo este médico, a proibição do comércio de bebidas alcoólicas nos campos de futebol percorreu um longo caminho até se institucionalizar. "Muito esforço foi empregado para que a sociedade em geral se convencesse dos benefícios da medida e os freqüentadores dos estádios, bem como o comércio nas praças esportivas, se adaptassem à nova realidade".

A concessão feita à FIFA, abre precedente para que a CBF e outras federações estaduais exijam o livre comércio em jogos da sua competência. A regra vai além do resultado prático de diminuir a violência no local, objetivo extremamente importante, e possui ainda efeito preventivo, já que relação entre o futebol e seus ídolos com o álcool estimula o consumo, principalmente entre os jovens.

Impedir essa associação é essencial para diminuir os graves problemas causados pelo consumo de bebidas alcoólicas que observamos diariamente.

É fundamental resguardar os interesses da população do Paraná e do Brasil, no que diz respeito à saúde pública e à segurança nos estádios, independentemente dos interesses e intervenções de alguns grupos. Não é aceitável negociar a saúde da população para receber o evento. Agora, mais do que nunca, precisamos mobilizar esta Casa de Leis e a sociedade em geral, para impedir que o álcool continue a ser comercializado nos estádio esportivos.

Os principais efeitos do álcool ocorrem no sistema nervoso central (SNC), onde suas ações depressoras assemelham-se

às dos anestésicos voláteis. Os efeitos da intoxicação aguda pelo etanol no homem são bem conhecidos e incluem: uma fala arrastada, descoordenação motora, aumento da autoconfiança e euforia. O efeito sobre o humor varia de pessoa para pessoa, e a maioria delas torna-se mais ruidosa, desembaraçada e agressiva. Alguns contudo, ficam mais morosos e contidos. Em níveis elevados de intoxicação, o humor tende a ficar instável, com euforia e melancolia, agressão e submissão. O desempenho intelectual e motor e a discriminação sensitiva, são também prejudicados. O álcool gera uma sensação de calor; aumenta a saliva e o suco gástrico e o uso freqüente, pode gerar lesão no estômago e gastrite crônica. (FONTE: Farmacologia, 3a.ed., Ed. Guanabara Koogan, 1997, p.520. FIGURA: capa da Revista Plantão Médico - Drogas, Alcoolismo e Tabagismo, Ed. Biologia e Saúde, RJ, 1998)

Os efeitos emocionais e comportamentais são muito frequentes e variáveis, conforme a tolerância do indivíduo e a dose ingerida. Perda da inibição, sendo que pessoa intoxicada com álcool pode fazer coisas que normalmente não faria, como por exemplo, dirigir um carro em alta velocidade após os jogos esportivos.

Mas devemos também nos ater à alteração do humor, que ocasiona raiva e comportamento violento, em determinada parcela de torcedores dos estádio.

O Instituto Suíço de Prevenção dos Problemas Relacionados ao uso do Álcool e outras Drogas, o Instituto de Pesquisa em Dependências Químicas de Zurique, o Departamento de Saúde Pública da Universidade de Toronto e o Centro de Saúde Mental e Dependências Químicas de Toronto, Canadá, manifestam-se sobre o uso nocivo do álcool e seu impacto social, abordando a relação entre o uso do álcool e violência nos estádios e os prejuízos diretos e indiretos sobre a família.

Várias teorias explicam como o consumo de álcool aumenta os índices de violência:

1. Os efeitos farmacológicos do álcool sobre o cérebro seriam responsáveis por aumentar o comportamento agressivo e prejudicar áreas cerebrais responsáveis pela tomada de decisões e controle dos impulsos (Gustafson 1994).
2. A associação entre a intoxicação alcoólica com agressividade seria um produto da aprendizagem social e de influências culturais (MacAndrew e Edgerton 1969; Bandura 1973; Lang e Stritzke 1993).
3. Estudos com placebo demonstraram que as pessoas agem com agressividade apenas por acreditarem que consumiram álcool. (Bushman e Cooper 1990; Gustafson 1994; Bushman 1997; Lipsey et al. 1997).
4. Outras teorias relatam que o álcool contribui indiretamente para atitudes agressivas por causar mudanças cognitivas, emocionais, e psicológicas, que podem reduzir a autoconsciência ou produzir uma avaliação incerta dos riscos (Bushman 1997).

Aproximadamente 37 % das vítimas de crime nos Estados Unidos referem o envolvimento do álcool (Greenfield 1998) e boa parcela destes crimes são cometidos após à euforia causada pela aglomeração de pessoas, como em estádios desportivos, associados ao uso de álcool, que multiplica os efeitos desta euforia, tendo como reação em determinados grupos de torcedores, grave agressividade no comportamento.

Além do dano que o consumo de álcool causa para o bebedor e a família, principalmente o cônjuge e os filhos, que saem bem prejudicados deste convívio, sendo alvos de violência, atingem principalmente as crianças que ficam sujeitas a sofrerem problemas médicos e sociais que persistem na maioridade (Maffli 2001).

Aproximadamente 43% da população adulta dos EUA, têm no mínimo, um alcoolista na família e uma parte significativa das crianças abandonadas, tem no álcool a causa da desorganização familiar.

Famílias em que um dos cônjuges é alcoolista, estão expostas ao divórcio 7 vezes mais do que a população geral.

Por causa do estigma relacionado ao alcoolismo, geralmente os familiares de alcoolistas: vivem isoladamente, sentem-se diminuídos, responsáveis ou envergonhados, minimizam ou negam o problema.

O uso de álcool pelos pais pode influenciar uma criança genética ou ambientalmente (Schuckit 1994; Schuckit e Smith 1996; Windle 1997).

A síndrome alcoólica fetal (SAF) é um das conseqüências diretas do uso de álcool materno. Aproximadamente 3 a 10 entre cada 10.000 bebês nascidos nos Estados Unidos a cada ano, nascem com a SAF.

O abuso infantil pode ser outra conseqüência direta do uso de álcool pelos pais, o uso do álcool está relacionado a aproximadamente 50% dos casos de abuso infantil.

Evidências científicas mostram que o alcoolismo tende a perpetuar na família, sendo que os filhos de alcoolistas apresentam um risco maior de se tornarem dependentes do álcool e são mais propensos a abusar de outras drogas do que filhos de não alcoolistas. São também mais propensos a desenvolver transtornos de ansiedade, transtornos alimentares, depressão, problemas de aprendizagem e transtornos de conduta. Apresentam um risco aumentado para problemas comportamentais, agressividade, e transtorno do impulso. Apresentam mais dificuldades na escola e em geral, apresentam notas escolares menores do que a média, pobreza no discurso e dificuldades em realizar tarefas.

Os gastos com a saúde em crianças filhas de alcoolistas é aproximadamente 32% maior do que os gastos com crianças filhas de pais não alcoolistas.

Filhos de alcoolistas na vida adulta: 37% se vêem como alcoolistas; 30% casam-se com alcoolistas.

Muitos têm dificuldades de expressar sentimentos e apresentam baixa auto-estima, timidez.

O Paraná e o Brasil não devem enveredar por um caminho perigoso de perda do controle moral. O fato de a Seleção Brasileira de futebol ser patrocinada por bebida alcoólica é o pior exemplo que podemos ter e a dar aos nossos filhos.

Podem até alegar que se trata de propaganda permitida por lei. Mas porque é permitido, não tem de ser feito. O prejuízo para a nação é muito grande, muitas vezes maior que a renda auferida por esse injustificável patrocínio.

O Poder Público gasta muito e cada vez mais o dinheiro do povo, para reparar os males provocados pelo alcoolismo, através de justiça, polícia, bombeiros, hospitais e muitos outros serviços públicos.

O governo federal e o nosso estadual devem assegurar uma postura digna. O Ministério do Esporte, que luta para construir uma Política Nacional de Esporte, trabalhando ações de inclusão social e garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano, se vê amarrado, apesar de sermos o país do futebol, pelo péssimo exemplo dado pela CBF e afiliadas, que vendem a saúde do povo, em troca de benesses, ao tratar de entidades de direito privado, que deveriam enquadrar-se aos preceitos das políticas públicas brasileiras.

Não dá para entender a Seleção Brasileira ser patrocinada por bebida alcoólica, enquanto o Ministério da Saúde, desde 2009, esforça-se para estabelecer um Plano Emergencial de Ampliação de Acesso ao Tratamento e Prevenção em Álcool, voltado para crianças, adolescentes e jovens em situação de grave vulnerabilidade social.

Parece que não adiantou o Ministério da Saúde ter lançado o Plano Emergencial, voltado para os 100 maiores municípios brasileiros (com mais de 250 mil habitantes), incluindo todas as capitais e sete municípios de fronteira selecionados, totalizando 108 municípios. Essas cidades somam cerca de 78 milhões de habitantes, correspondendo a cerca de 41% da população nacional. O plano busca alcançar sua clientela por meio das ações de prevenção, promoção e tratamento dos riscos e danos associados ao consumo prejudicial de substâncias psicoativas.

A Portaria nº 1.190, de 4 de junho de 2009, que instituiu o citado plano emergencial, levava em consideração, entre inúmeros outros pontos, o "cenário epidemiológico recente, que mostra a expansão no Brasil do consumo de algumas substâncias, especialmente álcool, cocaína (pasta-base, crack, merla) e inalantes, que se associa ao contexto de vulnerabilidade de crianças, adolescentes e jovens; e "a necessidade de intensificar, ampliar e diversificar as ações orientadas para prevenção, promoção da saúde, tratamento e redução dos riscos e danos associados ao consumo prejudicial de substâncias psicoativas".

Dizem que quem manda fora dos gramados é a cerveja. "O anúncio de cerveja não é uma peça subliminar, disfarçada: o anúncio de cerveja é concebido para estimular diretamente o consumo da bebida alcoólica. E, ao associá-la à sensação de alegria e triunfo, emite-se uma mensagem clara: seja um vitorioso também, tome a sua cervejinha ao lado de uma estonteante morena brasileira ou loura importada."

Na opinião do psiquiatra Ronaldo Laranjeira, sobre as afirmações das Empresas Cervejeiras, de que as crianças não associam a publicidade de uma marca de cerveja ao consumo de álcool e que o público do futebol é majoritariamente adulto, diz: "É surpreendente. Eu não sei em que mundo essas pessoas vivem, em que bombardear todos os dias as nossas crianças com propaganda de cerveja não tem uma influência no seu comportamento".

As pessoas que associam os símbolos nacionais com a propaganda de cerveja estão cometendo um crime contra os valores da sociedade brasileira, que se expressam claramente nos campeonatos de futebol profissionais e amadores assim como na Copa do Mundo.

Chamamos a atenção para o fato de que a Organização Mundial da Saúde (OMS) aprovou recentemente uma resolução segundo a qual, dentro das políticas mundiais de combate ao consumo excessivo de álcool, é preciso restringir ao máximo o consumo e as propagandas de cerveja. Estas causam impacto maior na parcela da população que ainda não desenvolveu um padrão de consumo: as crianças e adolescentes.

Neste sentido, nos utilizamos da resolução da OMS para promover um debate público sobre o tema nesta Assembleia Legislativa, pois não podemos permitir a "venda de valores nacionais pela CBF, FIFA, ou qualquer outra agremiação esportiva, que promova a associação do esporte à bebida alcoólica, principalmente nos coliseus.

A publicidade de bebida alcoólica pode ser banida do futebol da mesma forma como, no passado, a propaganda de cigarro foi proibida em eventos automobilísticos, pois a própria prática do esporte deve negar ou contrapor-se ao consumo de bebidas alcoólicas.

Cabe ao esporte e às próprias empresas de comunicação não aceitarem esse tipo de publicidade ou colocar-se a serviço desse tipo de indústria. Perde-se um pouco de dinheiro, mas, sem dúvida, ganha-se em retorno de imagem, em retorno institucional e mais do que isso, atende-se ao apelo da população que é contra este tipo de associação.

Torcer por um time de futebol é uma das coisas mais emocionantes da vida dos paranaenses, mas utilizar-se dessa paixão, para permitir o vício, o dano à saúde e para colocar insegurança nos estádio e, por conseguinte, nos lares das famílias, é sem dúvida uma omissão do Estado.

Torcedores que ingerem bebida alcoólica brigam após os jogos. A emoção genuína do futebol já gera violência ainda mais agravada pelo álcool nos estádios, nas ruas e lares. Basta visualizar as reportagens policiais.

Recentemente tivemos uma grandiosa e respeitável agremiação do Paraná, que teve suspensa a atividade de seu estádio para pratica de futebol em virtude de sua própria torcida, talvez inflamada pelos efeitos do álcool, por promover quebra-quebra, invadir o campo, agredindo também os policiais que lá se encontravam para tentar garantir segurança.

No caso dos Estádios, tenho absoluta convicção de que uma grande parte das expressões de violência física, está intimamente ligada ao consumo de álcool que simplesmente desencadeia processos de agressividade fazendo emergir violência brutal, como uma erupção de um vulcão.

Mas alguém poderia perguntar: mas essa não é uma associação capciosa já que futebol e álcool não possuem uma relação direta? Não, não é. Estamos aqui falando não de duas coisas, mas de três: futebol, álcool e violência. Nessa seqüência exata: a gostosa emoção natural do futebol, o consumo de álcool durante esse estado emotivo e a explosão do ato de violência.

Alcoolizar um grupo de indivíduos emocionalmente já afetados pela emoção do futebol ou qualquer outro desporto, é simplesmente turbinar a possibilidade de ocorrer uma explosão de atos violentos. O consumo de álcool por si só já aumenta a emotividade, a irritabilidade, a impulsividade, os ciúmes e por aí vai. Acrescente aí o ingrediente futebol e o resultado todo o paranaense ou brasileiro já conhece nas páginas policiais dos jornais de todas as semanas.

Muitos entendem que torcedores violentos não são torcedores, mas sim baderneiros que hoje não são impedidos de entrar num estádio de futebol e tampouco, são proibidos de se misturarem aqueles que são os legítimos torcedores que, emocionalmente turbinados pelo álcool, acabam sendo contaminados pela ação violenta, etilicamente turbinada, que explode dentro e fora dos estádios brasileiros, criando uma crônica de mortes e agressões pré-anunciadas.

São ônibus depredados, estações tubos quebradas e riscadas em Curitiba, o patrimônio público e particular dos paranaenses colocado em risco.

Todos nós temos conhecimento das operações policiais de acompanhamento das torcidas organizadas após os jogos, uma mobilização enorme do aparato policial, que consome dinheiro do povo, para tentar garantir segurança à população e a seu patrimônio, tudo por causa do álcool que foi associado à emoção do futebol.

Mister salientar que o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, que reúne procuradores-gerais de Justiça dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, assim como o Ministério Público do Estado do Paraná, já se manifestaram criticando a liberação de bebida alcoólica nos jogos em estádios em especial na Copa do Mundo de 2014.

O Estatuto do Torcedor proíbe a venda de álcool em jogos de futebol em todo o país, sendo que a liberação de álcool na Copa do Mundo é uma das exigências da Federação Internacional de Futebol (FIFA), já que alguns patrocinadores do campeonato são empresas fabricantes de bebidas.

Os organizadores da EUROCOPA, que realizada na Ucrânia e na Polônia, proibiram a venda de bebidas no estatuto de segurança adotado em uma entidade européia de futebol, que é responsável pela EUROCOPA e por outros dos torneios mais lucrativos do mundo, como a Liga dos Campeões da Europa e a Liga Europa.

Na Itália, a comercialização é proibida em todos os jogos de futebol.

A efetivação das medidas restritivas ao consumo do álcool no interior dos estádios, se dá em razão da escalada da violência, que coloca em risco a segurança, a integridade e a saúde dos torcedores partícipes, que agrava uma epidemia de alcoolismo, pois a gravidade desta doença exige ação enérgica e decisiva, de nós representantes do povo, que por meio da coercitividade da Lei, devemos impedir a disseminação da insegurança e à agressão da saúde, para o bem do Paraná, atendendo o interesse público da grandiosa maioria da população paranaense.

A nossa responsabilidade é garantir a vida, a saúde e a dignidade, impedindo que a emoção do futebol evolua para o agravamento do estado psicótico de agressividade e baderna coletiva, induzida e potencializada pelo álcool.

O risco de agressão ocorre em diversas situações. Em grupos inflamados psicoticamente o comportamento agressivo surge, principalmente, de qualquer situação de medo ou raiva ou frustrações, é o estopim, a fálscia inicial para a histeria coletiva nos estádios.

O álcool permite reações anti-sociais e personalidades emocionalmente instáveis podendo principalmente apresentar comportamento agressivo que não se importam com as conseqüências de seus atos coletivos.

Neste sentido, esta situação aguda de possível agressividade, deve ser contida por meio da força e da previsibilidade da Lei, de modo que a possível conduta agressiva fique sob controle. A influência do álcool nos torcedores pode liberar impulsos reprimidos em alguns, que se disseminam e se tornam impulsos agressivos coletivos.

A excitação catatônica manifesta-se pelo comportamento extremamente imprevisível, freqüentemente agressivo, que nos estádios podem se relacionar com estímulos externos, visuais e sonoros, como canções que incitam agressividade e danças de guerra no estádios de forma bizarra e extravagante, fazendo os grupos manifestar trejeitos, maneirismo, ou atitudes posturais de guerreiros no *front* de guerra.

Embora o álcool ainda seja a substância psicoativa mais freqüente, o comportamento pode também ser potencializado com o uso de remédios e por outras drogas como: solventes orgânicos (inalantes), cannabis, (maconha), cocaína, anfetaminas, ecstasy e outros estimulantes podem ocorrer. Em conseqüência surgem delírios, agitações, comportamentos agressivos e psicose coletiva pela gravidade. A psicose induzida pela associação álcool e droga, pode persistir por semanas ou meses e também pode provocar sentimentos suicidas (abstinência por cocaína). Mais recentemente a MDMA (mtilenodioximetanfetamina), um derivado da anfetamina, mais conhecida pelo nome de ecstasy, droga com alto potencial de neurotoxicidade e que causa muitas vezes lesões cerebrais irreversíveis, inclusive a morte. Muitos casos são registrados dando conta do uso destas substâncias nos estádios de futebol.

Os jovens estão começando a beber cada vez mais cedo, segundo pesquisa publicada recentemente pela UNIFESP. É fundamental reacender o debate sobre o motivo e as conseqüências do abuso do álcool por parte dos adolescentes e também analisar as restrições existentes e as que devem ser criadas para diminuir esse consumo.

Existem vários fatores para induzir o jovem ao uso do álcool já na puberdade, e citamos agora apenas três deles: o consumo pelos adultos na família; as propagandas que contribuem para o crescimento do uso do álcool por parte da juventude; e a liberação do álcool associado ao esporte.

A lei, hoje, não permite a venda de bebidas alcoólicas aos menores de dezoito anos, todavia, essa medida não é suficiente para inibir o alcoolismo, dado que, em muitos casos, o adolescente encontra a cerveja (que foi comprada pelo pai) dentro da geladeira de sua casa. Deve haver um maior controle dentro de casa para evitar o uso do álcool pelo filho ainda jovem. Os pais precisam repensar sobre o próprio consumo, só assim conseguirão um maior domínio sobre o do filho, mostrando-lhe que a bebida pode ser tomada em certas ocasiões. Com moderação há uma maior chance de conscientização, é preciso educar e não proibir o uso nas casas.

Mas em locais de domínio público como estádios, essa educação não surte efeito. Os países mais avançados do mundo tem torcidas agressivas induzidas pelo álcool, portanto a vedação da comercialização e uso de álcool nos estádios é um dever do Poder público que nós Deputados Estaduais representamos.

Até mesmo nos lares dos paranaenses, não surtirá efeito a orientação do pai, se o filho ao ligar a televisão, deparar-se com diversas propagandas exaltando o uso do álcool e à excitação à agressividade. O aviso no fim da propaganda "se for dirigir não beba" não surtirá efeito algum, pois ele, o jovem não dirige mesmo!

O produtor de mídia precisa ser responsabilizado de alguma forma, pelos problemas que o uso abusivo do álcool acarreta na sociedade. Não cabe mais à sociedade aceitar o montante de propagandas de bebida alcoólica com várias pessoas bonitas e se divertindo na praia. Nosso governo não deve mais permitir o lucro de grandes cervejarias à custa de vidas de adolescentes, que em muitos casos acabam se viciando e destruindo seus futuros.

Os adultos que estão mais próximos desses jovens, devem ter a responsabilidade de zelar pelo bem-estar desses indivíduos, e nossas leis não podem tolerar que a indústria de bebidas alcoólicas lucre de forma irresponsável. É preciso orientar o adolescente e punir de forma sensata os que contribuem para o desequilíbrio de nossas crianças. Esses devem ser alguns dos pontos de partida para conseguirmos reduzir esses índices de consumo prematuro, e nós parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná devemos também contribuir para isso.

DEPOIS DA EUFORIA VEM AGRESSIVIDADE

Futebol está intrinsecamente relacionado com o consumo de alguma bebida alcoólica, uma cervejinha, um vinhozinho, um uísquinho. Inclusive o uso do diminutivo do termo para designarmos a estas substâncias no intuito de minimizarmos seus efeitos maléficos.

Diminuir a violência, depredações, brigas e mortes nos estádios de futebol, foram os motivos que nos levaram a

apresentar um projeto de lei na Assembléia Legislativa, proibindo a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol do Paraná. A medida é estendida aos ginásios de esportes, quando ocorrem competições oficiais. A proposta trabalha exatamente na ótica da prevenção da violência, dentro e fora dos estádios. Controlar a violência é controlar a venda do álcool.

Apesar de considerada uma droga lícita, o álcool irreverentemente absorvido, torna-se tóxico, perigoso, agressivo ao organismo, causando entre outros sintomas, euforia desmedida, depressões, excitações e alucinações.

A própria Organização Mundial da Saúde (OMS) prega a regulamentação através do fechamento de bares em horários programados, taxaço de bebidas, não venda para adolescentes, proibição de vendas dentro de cenários esportivos, além do que, muitos são os que após os eventos esportivos, saem a dirigir seus veículos de forma irresponsável, o que estende às ruas e avenidas o perigo da ingestão desmedida de álcool.

Em São Paulo, a Lei já vigora e é proibida a venda, distribuição ou utilização de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol e ginásios de esportes a um raio de 200 m de suas entradas; no Rio de Janeiro, projeto semelhante foi aprovado por todas as Comissões e a matéria está pronta para ser apreciada pelo Plenário e, em Belo Horizonte, a Promotoria de Defesa do Cidadão recomendou a proibição ao uso de bebidas alcoólicas nas áreas internas e externas do Mineirão. Nos principais estados da federação, a proibição já existe e queremos aplicá-la agora no Paraná, para evitar que a situação fique totalmente insustentável. A ingestão de álcool nos jogos de futebol com certeza gera violência. E é isto que precisa ser evitado, num País onde o esporte mais apreciado é justamente o futebol.

Dizem que futebol combina com álcool e tem muita gente que acredita piamente nessa afirmação e não se vê assistindo a um jogo, ainda mais da Copa do Mundo, sem um copo na mão. Os fabricantes de bebidas, prováveis criadores desse jargão, adoram isso, afinal já comemoram a grande demanda para atender ao evento, e estima-se que será batido o recorde de vendas no período. (Só pra lembrar: quanto maior o consumo, maior o estrago!)

A indústria venderá mais, se fortalecerá, aumentará seus investimentos em propaganda e estará mais presente em nossas vidas, conseqüentemente, refém do álcool ficará nossa sociedade em prejuízo das famílias.

O Poder Público deve se negar à manipulação dos fabricantes de bebidas, ou ficar na sofá, assistindo, e até mesmo participando dessa "festa", enquanto deixa que essa mensagem subliminar, nada saudável, perpetue esse "hábito" de tomar "umazinha" enquanto assiste ao futebol, sabedor que as doenças, cirroses, e inúmeras outras, vão consumir o dinheiro do SUS, propiciando o assoberbamento do sistema de saúde, que a CPI dos Leitos do SUS, muito bem mostrou em seu Relatório Final.

De Mané Garrincha aos britânicos George Best ou Paul Gascoigne, passando por outros craques famosos no mundo inteiro, o álcool fez inúmeras vítimas no futebol, a última delas o ídolo corintiano Sócrates, de 57 anos, que permanecerá como um exemplo da

associação Alcool X Futebol, sendo que não devemos nos esquecer do péssimo exemplo de Diego Maradona, mais conhecido com seus problemas com drogas, também foi tratado pelo vício em álcool em 2007.

Relatórios apontam que após os jogos de futebol, a intoxicação aguda por álcool é uma emergência médica corriqueira causada pelo consumo rápido de uma grande quantidade de álcool. A gravidade depende da tolerância do paciente ao álcool, do seu tamanho (ou peso), da sua frequência de ingestão e de quanto alimento consumiu junto com o álcool, mas invariavelmente vem associada a uma conduta de agressividade.

Devemos designar como selvageria o emprego de violência por parte dos torcedores contra pessoas ou objetos, observável, sobretudo, ao término da partida. Paradoxal é que, como constataram pesquisadores da Universidade de Cardiff, País de Gales, esse comportamento se manifesta com mais frequência em caso de vitória do que em seguida a uma derrota. Cientistas avaliaram dados de pronto-socorro, relativos a sete anos de atendimento e cruzaram os dados com os resultados dos jogos das seleções locais de futebol e rugby. O resultado foi que, sempre que o time galês saía vitorioso, o número de feridos em decorrência de pancadaria ficava em torno de 33 casos; nas derrotas, porém, caía para 25. O consumo de álcool, a euforia pela vitória e a zombaria imposta aos torcedores derrotados resultariam numa mistura explosiva, capaz de intensificar a disposição para a selvageria. Ao que tudo indica, a felicidade futebolística pode produzir agressividade.

A ida ao estádio serve como oportunidade consciente para dar vazão conjunta aos sentimentos, às vezes inconscientes. Essa efervescência coletiva pode ser observada também em festividades religiosas, como é o caso do kumbh mela: o banho dos hindus no Ganges. "Outro paralelo é a forma ritualizada das celebrações", diz Schmidt-Lux. "No estádio, ouvem-se sempre os mesmos slogans e cantorias dos torcedores, agora imaginem se as igrejas liberassem o consumo de álcool em seus cultos.

No futebol, rituais acompanham as cobranças de falta ou escanteio e adversários tradicionalmente odiados são sempre vítimas das mesmas zombarias.

Trata-se aqui do fenômeno, observado em muitas modalidades esportivas e comprovado pelas estatísticas, segundo o qual o anfitrião, jogando diante da própria torcida, tem maior probabilidade de sair de campo vitorioso que o time visitante. Sobretudo em Copas do Mundo, essa vantagem parece desempenhar papel importante. A Inglaterra, em 1966, a Alemanha, em 1974, a Argentina, em 1978, a França, em 1998 - todas jogando em casa ficaram com o caneco. Exceções existem: o Brasil, em 1950, a Espanha, em 1982, ou a Itália, em 1990.

Até o momento, o apoio da torcida, o ambiente já conhecido e possíveis favorecimentos pelos juízes têm sido responsabilizados por essa vantagem. Contudo, biólogos evolutivos da Universidade de Northumbria, puseram em campo um novo protagonista: a testosterona. Como demonstraram, a presença do hormônio sexual no sangue do jogador/torcedor sobe, em média, para 150 picogramas (um picograma é a trilhonésima parte de um grama) antes das partidas em casa. Se o jogo é contra um "arqui-rival", chega a 167. Fora de casa, porém, o nível de testosterona fica em torno dos 120 picogramas. Na opinião de Nick Neave, que

coordena a pesquisa, o aumento do nível de testosterona - acompanhado de aumento de agressividade, tempo de reação mais veloz e melhoria da capacidade de percepção espacial - se deve a um instinto primordial: o da defesa do próprio território. "Quando ameaçados por um grupo de fora, os jogadores de futebol/torcedores ganham energia, autoconfiança e se tornam mais ativos. O mesmo acontece com animais, quando se trata de vigiar e proteger seu espaço." Devemos antever que o nível de testosterona nas torcidas nos estádios de futebol, agravados pelo consumo álcool, provocam um êxtase de guerra.

Convém lembrar, a Copa do Mundo de 2014 será sediada em nosso país, e terá a recepção calorosa de nossa torcida brasileira.

O consumo excessivo de álcool é uma grande ameaça ao bem-estar, agravando problemas sociais, contribuindo para grande parte dos acidentes de trânsito, levando a comportamentos de risco e perda de produtividade.

As células cerebrais são particularmente sensíveis à exposição excessiva ao álcool. O cérebro diminui mesmo em pessoas que bebem moderadamente. A extensão da retração é proporcional à quantidade ingerida.

Abstinência, junto com uma boa nutrição, reverte alguma lesão cerebral, ou toda ela, se o beber em excesso não se estendeu por muitos alguns anos. Contudo, beber além da capacidade de recuperar-se, por períodos prolongados, pode causar dano severo e irreversível à visão, memória, capacidade de aprendizado e a outras funções.

Qualquer um que tenha tomado uma bebida alcoólica experimentou um dos efeitos físicos causados pelo álcool: o aumento da produção de urina. Isso acontece porque o álcool deprime a produção de hormônio antidiurético pelo cérebro. A perda de água corporal leva à sede. O único líquido que aliviará a desidratação é a água, mas se as únicas bebidas disponíveis contiverem álcool, cada drinque pode agravar a sede. O "bebedor" inteligente, então, alterna as bebidas alcoólicas com escolhas não alcoólicas e usa as últimas para aplacar a sede. Por isso os estádios de futebol parecem mais latrinas fedorentas, haja vista a quantidade de urina recebida, não só nos sujos banheiros dos eventos desportivos, mas também, por todas as paredes do estádio e nas ruas circundantes do "Templo" desportivo.

A água perdida durante a depressão hormonal leva com ela minerais importantes, como magnésio, potássio, cálcio e zinco, diminuindo as reservas do organismo. Esses minerais são vitais para o balanço hídrico e para a coordenação nervosa e muscular. Quando o beber acarreta perdas, os minerais devem ser repostos no dia seguinte para que as deficiências não se agravem.

Torcedores durante um jogo de futebol geram 70% da energia gasta para produção de calor corporal. Somente 30% representam a energia gasta com contração muscular. Para manter a temperatura constante, nosso organismo perde água pela sudorese. Esta perda é que determina a manutenção da temperatura corporal.

Ao final da partida, então, o corpo dos torcedores apresenta menor quantidade de água do que no início da partida.

Agora, se você adicionar a qualquer bebida alcoólica (a cerveja, inclusive), vai perder mais água ainda. O resultado dessa história pode ser desde um mal-estar transitório, até uma complicação mais grave por alteração da funcionalidade do sistema cardiovascular e principalmente alteração no comportamento (agressividade).

O álcool é culpado não somente pelas mortes por problemas de saúde, mas também pela maioria das demais mortes de pessoas jovens, incluindo acidentes de carro, quedas, suicídios, homicídios, afogamentos e outros acidentes, ocorridos após os eventos esportivos.

O uso nocivo do álcool configura-se como um problema de saúde pública, associado ao aumento da violência, envolvendo ambos os sexos.

Passamos então a discutir sobre o impacto do uso do álcool em homens e mulheres do ponto de vista neurobiológico, enfatizando a ação psicoativa da substância e sua implicação no comportamento violento. Foi conduzida uma análise baseada em artigos selecionados nas fontes eletrônicas do Scielo, LILACS, MEDLINE, PubMed e Web of Science, no período de 1996 a 2008. Do total de 420 artigos selecionados, 90 foram considerados relevantes para a análise. Verificou-se que o uso nocivo do álcool causa mudanças neuroquímicas e alterações nas funções cognitivas, podendo gerar comportamentos violentos em homens e mulheres, entretanto, evidenciou-se importantes diferenças entre os sexos quanto à ação psicoativa do álcool, assim como, no tipo de violência expressa.

Muitos são os fundamentos que poderíamos expor para defender a apresentação da presente Proposição Legislativa, que incontestavelmente dão argumento ao Projeto de Lei, assim como, existem muitos pretextos que visam garantir o lucro de empresas patrocinadoras com venda de bebida alcoólica.

Queremos defender o futuro da família paranaense, a moral, a ética e os bons princípios, em contraposição dos interesses das empresas fabricantes de bebidas alcoólicas, impondo restrição benéfica para todos.

Neste sentido, conclamamos todos os nobres pares desta Assembleia Parlamentar a promoverem o devido apoio ao Projeto de Lei que ora apresentamos, por se tratar de medida urgente e necessária, justa, oportuna e meritória.

PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 113/12

Projeto de Lei nº 113/2012
Autor: Deputado Paranhos

Súmula: Proíbe, em dia de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas.

EMENTA: PROIBIÇÃO, NO ESTADO DO PARANÁ, DE BEBIDAS NAS PRAÇAS DESPORTIVAS, INCLUSIVE PARA FINS DOS JOGOS DA COPA DO MUNDO DE 2014. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA TRATADA EM ÂMBITO FEDERAL. ESTATUTO DO TORCEDOR. ART. 13-A, II, VEDA BEBIDAS OU SUBSTÂNCIAS PROIBIDAS OU SUSCETÍVEIS DE GERAR OU POSSIBILITAR A PRÁTICA DE ATOS DE VIOLÊNCIA. LEI GERAL DA COPA, ART. 43. AFASTA O ART. 13-A DE VALIDADE TÃO SOMENTE PARA OS JOGOS DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES E COPA DO MUNDO. MATÉRIA TRATADA EM ÂMBITO FEDERAL. ILEGALIDADE. AINDA QUE ASSIM NÃO FORA, HAVERIA VÍCIO DE INICIATIVA POR ATRIBUIR COMPETÊNCIA À SECRETARIA ESTADUAL. SECRETARIA GERAL DA COPA NO PARANÁ. INICIATIVA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO. ART. 66, IV DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA SUPRESSIVA (RETIRA O ART. 3º REFERENTE AOS EFEITOS DA LEI PARA A COPA DO MUNDO).

Concedido vista.

Em 22/05/12
Nereu Moura
CCJ



PREÂMBULO

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos, objetiva vedar a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas "nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas, cujos eventos dependam para sua realização, de autorização do Poder Público Municipal ou Estadual, no âmbito territorial do Estado do Paraná".

Em seu extenso arrazoadado para justificar o projeto de lei apresentado, o nobre parlamentar menciona os benefícios que o Estatuto do Torcedor teria trazido para a sociedade ao proibir o álcool nos campos de futebol.

Aduz ainda sobre os prejuízos e vários danos que podem ser causados pelo uso do álcool no sistema nervoso central e seus efeitos, trazendo teorias que "explicam como o consumo de álcool aumenta os índices de violência".

Discorre acerca da associação da paixão pelo futebol e álcool com aumento da violência.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como a técnica legislativa utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

No que tange à competência, certo que o Legislador Federal editou o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003), ainda em vigor, que, já com a redação incluída pela Lei nº 12.299, de 2010, dispõe, em seu art. 13-A, que:

Art. 13-A. São condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo, sem prejuízo de outras condições previstas em lei:

II - não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência;

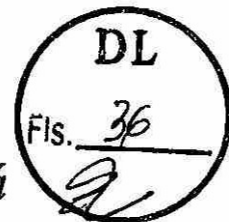
Parágrafo único. O não cumprimento das condições estabelecidas neste artigo implicará a impossibilidade de ingresso do torcedor ao recinto esportivo, ou, se for o caso, o seu afastamento imediato do recinto, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis ou penais eventualmente cabíveis.

Veja-se assim, que se encontra atualmente vedado portar bebidas ou substâncias suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência, estando, destarte, proibido portar bebidas alcoólicas nos Estádios.

Certo que o objetivo do nobre parlamentar com a apresentação do presente projeto, se dá por conta da autorização prevista na Lei Geral da Copa para as bebidas alcoólicas dentro dos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Estádios nos certames Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014.

Veja-se o que diz o art. 43 do referido Projeto, já aprovado pelo Congresso Nacional, e prestes a ser sancionado pela Presidente da República:

Art. 43. **Aplicam-se às Competições, no que couber, as disposições da Lei no 10.671, de 2003, excetuado o disposto nos arts. 13-A a 17, 19, 24, 31-A, 32, 37 e nas disposições constantes dos Capítulos II, III, IX e X da referida Lei.**

Restou evidente, assim, a opção do legislador federal em afastar a norma do Estatuto do Torcedor que vedada bebidas alcoólicas nos estádios tão somente para os jogos referidos na Lei Geral da Copa.

Pondera-se, que referida norma (art. 43 Lei Geral da Copa), acaba por tratar de Direito Comercial (art. 22, I da CF), eis que disciplina sobre a possibilidade de a FIFA (Fédération Internationale de Football Association) fazer as comercializações que achar necessária dentro do estádio e da chamada "área de restrição comercial e vias de acesso", tudo conforme art. 11 da própria Lei Geral da Copa:

"Art. 11. A União colaborará com Estados, Distrito Federal e Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso."

Desta forma, por invadir competência privativa da União (art. 22, I, CF) o presente projeto é INCONSTITUCIONAL.

Por outro lado, e tão somente para argumentar, ainda que se argumentasse que se trata de legislação concorrente, neste caso caberia à União estabelecer normas gerais (art. 24, § 1º, CF). E, sob esse aspecto, não pode o Estado contradizer a norma da União, mas seria de sua competência tão somente editar normas suplementares (art. 24, § 2º, da CF).

Assim, tendo Lei Federal estabelecido a possibilidade de venda de bebidas alcoólicas nos estádios (diante da suspensão da eficácia do art. 13-A, II do Estatuto do Torcedor), não pode o Estado editar norma contrária, eis que, o próprio § 4º do art. 24 da CF já estabelece: "A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário".

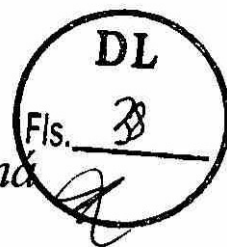
Portanto, seja por ser competência privativa da União (art. 22, I, da CF), seja por contradizer norma federal (art. 24, § 2º, da CF), o presente projeto é inconstitucional, devendo ser rejeitado nesta Comissão de Constituição e Justiça por ilegalidade.

Da atribuição de competência à Secretaria Estadual:

Ainda que assim não fora, apenas para argumentar, cabe ressaltar que o presente projeto teria vício de iniciativa verificado em nossa Constituição Estadual, eis que atribui competência à



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Secretaria Estadual, qual seja, a Secretaria Geral da Copa no Estado do Paraná.

Desta forma, infringe o art. 66, IV da Constituição do Estado, visto que a iniciativa privativa para o presente projeto de lei então seria do Governador do Estado, veja-se:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Portanto, na forma da Constituição Estadual, não caberia ao Poder Legislativo apresentar projeto que gera atribuição à Secretaria Estadual, não podendo seu trâmite por esta Casa prosperar diante do vício de iniciativa.

DA EMENDA SUPRESSIVA PARA TORNAR CONSTITUCIONAL O PROJETO:

Desta forma, o presente projeto, encontra-se inconstitucional tão somente com relação ao seu art. 3º, propondo-se a Emenda Supressiva em anexo, na forma do art. 137, § 1º do Regimento Interno, para retirar o art. 3º do presente projeto e renumerar o atual art. 4º como art. 3º.

É o parecer.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 39
[assinatura]

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei na forma da **EMENDA SUPRESSIVA ANEXA**. *de modificativa*

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.

[assinatura]
Deputado NELSON JUSTUS

Presidente

Deputado FERNANDO SCANAVACA

Relator

[assinatura]
Celine Gondim
Coord. Adm.
CCJ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 40
7

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE LEI 113/12

Na forma do artigo 137, §1º do Regimento Interno desta Casa de Leis propõe-se a presente Emenda Supressiva para retirar o artigo 3º do presente Projeto de Lei, para que o artigo 4º seja remunerado como artigo 3º, ficando a redação do atual artigo 3º da seguinte forma:

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.


Deputado NÉLSON JUSTUS
Presidente


Deputado FERNANDO SCANAVACA
Relator



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI 113/2012

Na forma do artigo 137, §4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, propõe-se a presente Emenda Modificativa para alterar o artigo 1º do presente Projeto de Lei, para que passe a contar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica proibida, em dias de jogos de futebol profissional organizado pela Federação Paranaense de Futebol (FPF), durante os respectivos jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.

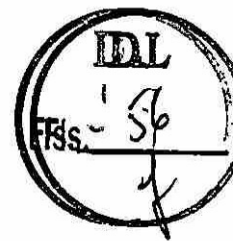

Deputado NELSON JUSTUS

Presidente


Deputado NEREU MOURA

Membro CCJ

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Esportes



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 113/2012

Súmula: Proíbe, em dias de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos estádios, ginásios, arenas e praças desportivas.

EMENTA: PRELIMENTE OPINA PELO REGRESSO DO PROJETO DE LEI À CCJ, PARA REANÁLISE. PELA ANÁLISE TÉCNICA E DE JURIDICIDADE QUESTIONA A CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 11 DA LEI GERAL DA COPA. PELA ANÁLISE DO MÉRITO (OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA DE SUA EDIÇÃO), OPINA PELA APROVAÇÃO.

I - RELATÓRIO

No que se aplica, adota-se o relatório firmado pela CCJ.

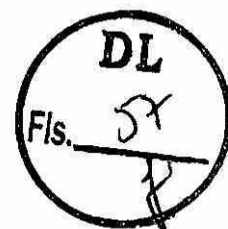
Devidamente fundamentado, o Parecer da CCJ, opina pela aprovação do projeto na forma da EMENDA SUPRESSIVA apresentada, que retirou o art. 3º, da proposição original.

Na condição de Membro, o Deputado Nereu Moura interpôs, à fl. 41, EMENDA MODIFICATIVA ao art. 1º, para alterar a redação original do dispositivo, de forma a restringir, do contexto dos desportos em geral, a comercialização e distribuição gratuita de bebidas alcoólicas aos jogos de futebol profissional, organizados pela FPF.

O trâmite dirige o Projeto a esta *Comissão de Esportes*.

Nesta fase, o Autor da proposição interpõe, à fl. 43, SUBEMENDA MODIFICATIVA à EMENDA MODIFICATIVA apresentada pelo Deputado Nereu Moura, para estender a "proibição da comercialização, distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas, nos Estádios e Ginásios", estendendo o seu alcance para eventos desportivos de cunho profissional.

Recebo a Emenda pela aplicação do art. 51, §4º, do Regimento Interno desta Casa.



II - FUNDAMENTAÇÃO

2.1 - PRELIMINARMENTE

A SUBEMENDA, constante à fl. 43, resta ora recebida, por disposição regimental.

Ocorre, porém, que detém, nitidamente, o propósito de reintroduzir o conteúdo texto original, já declarado inconstitucional pela CCJ.

Isso, pois reintroduz a vedação quanto à comercialização e distribuição de bebidas alcoólicas, e ainda estende o seu alcance para todas as modalidades de jogos profissionais.

Nessa feita, é devida a aplicação do contido no art. 159, § 2º do Regimento Interno desta Casa:

Art. 159 Nenhuma matéria será colocada em votação sem a presença de número legal de Deputados. (...).

§ 12 Proceder-se-á imediata votação das proposições sujeitas à discussão, logo após o encerramento desta, sem que elas tenham recebido emendas, **hipótese em que, retornarão às Comissões para parecer.** (Grifo nosso).

Por conseguinte, em sede de preliminar, esta relatoria opina pela remessa do presente à CCJ, anteriormente à sua votação no âmbito desta Comissão, para a reapreciação de seu conteúdo.

2.2. ANÁLISE TÉCNICA E DE JURIDICIDADE (CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE)

Em primeiro plano, registra-se que o parecer da CCJ (30 de maio do corrente), deu-se anteriormente entrada em vigência da Lei nº 12.663 (LEI GERAL DA COPA), sancionado pela Presidente da República, cuja publicação deu-se no dia 06 deste mês de junho.

No que tange à sua constitucionalidade, a CCJ tanto dispensou excelente trato ao tema, como opinou de forma acertada sobre a futura regulamentação legal, uma vez que o destino do PROJETO DE LEI FEDERAL ainda não era definitivo.

Opinou acertadamente, pois, o art. 68, §1º, da LEI GERAL DA COPA, suspendeu, para os jogos a que se presta a regular, a eficácia do art. 13-A, da Lei nº 10.671 (ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR), que por sua vez proíbe o porte de bebidas alcoólicas nos recintos esportivos.

Também foi bem fixado no que tange à juridicidade, haja vista a correção da análise.

Isso, pois desde que na espécie se tratam de normas sobre Direito Econômico, desporto e de proteção e defesa da saúde, a competência para a sua edição é da União; que legisla de forma concorrente aos Estados federados,

(art. 24, I, IX e XII, CF), a quem cabe editar normas suplementares, no âmbito do interesse estadual¹.

Em decorrência, à União Federal cabe a prerrogativa de editar normas de "caráter geral", o que significa poder "estabelecer os princípios e as diretrizes para a ação legislativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios²".

Isso induz à conclusão de que "em regra a União não regulará situações fáticas, mas se limitará a definir uma normatividade genérica, a ser obedecida pela legislação específica federal, estadual e municipal: direito sobre direito, normas que traçam diretrizes, balizas, quadros, à atuação legislativa destas unidades da Federação³".

Nessa senda, "suplementares serão as normas estaduais que, no âmbito desta competência, procedem à pormenorização concreta das normas gerais". Isso, no contexto da técnica de repartição de competências legislativas adotada pela Constituição Federal (art. 24, §1º e §2º).

Dessa feita, pela aplicação do §3º e §4º, do mesmo art. 24, CF, ante a pré-existência de norma federal (neste caso da LEI GERAL DA COPA), que autorize o porte de bebidas alcoólicas nos recintos desportivos (art. 11), a eficácia do(s) dispositivo(s) de lei estadual que disponha em contrário ficará suspenso.

Com base em tais premissas, a proposição original foi declarada inconstitucional pela CCJ, uma vez que contraria a orientação legislativa federal.

Não obstante, desde que o interesse do Estado do Paraná versa sobre a edição de normas de caráter geral e abstrato, cuja pretensão de perenidade se dirige à proteção e manutenção da defesa da saúde de seu povo, uma norma de caráter geral, no âmbito da competência estadual poderá ser editada, mesmo que contrarie o texto da LEI GERAL DA COPA.

Isso, pois este diploma detém a aplicabilidade limitada no tempo, uma vez que se destina a regular a orientação legislativa Registre-se aqui, a que a LEI GERAL DA COPA se destina a conferir orientação legislativa para a realização de apenas 03 eventos esportivos, sejam: a COPA DAS CONFEDERAÇÕES FIFA 2013, a JORNADA MUNDIAL DA JUVENTUDE 2013 e a COPA DO MUNDO FIFA 2014.

Ora, nessa senda, não haveria o legislador estadual que se privar de sua prerrogativa legiferante, em razão do que dispõe a própria Carta Constitucional, senão veja-se.

¹ SILVA, José Afonso da. *Comentário Contextual à Constituição*, 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 280/281.

² *Ibidem*, p. 280.

³ *Idem*.

O texto define que "a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual".

Sob a perspectiva técnica, note-se que "a lei federal superveniente não revoga nem derroga a lei estadual no aspecto contraditório; esta apenas detém interrompida a sua aplicabilidade, pois a sua eficácia fica suspensa⁴".

Isso significa que quando a LEI GERAL DA COPA perder a sua aplicabilidade, pelo advento temporal, ou ainda se for simplesmente revogada, o que revigoraria o art. 13-A, do ESTATUTO DO TORCEDOR, a lei estadual readquirirá a sua eficácia, incidindo plenamente⁵.

De qualquer forma, na forma o texto aprovado pela CCJ, em caráter definitivo (Emendas Supressiva e Modificativa), o projeto se transmuta inequivocamente constitucional.

2.3. ANÁLISE DO MÉRITO (OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA DE SUA EDIÇÃO)

A despeito da conclusão sobre a constitucionalidade, ou não, da proposição original, esta, quanto ao mérito, é indiscutivelmente oportuna e conveniente.

Isso se afirma com base nos mesmos argumentos empregados na justificação da proposição apresentada por esta Relatora, que recebeu o nº 151/2012.

Naquela, esta Deputada propôs, de forma pioneira, "a proibição, distribuição, o fornecimento, a oferta e a comercialização de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol e ginásios de esportes do Estado do Paraná", inobstante se tratem de jogos organizados pela FIFA.

Encaminhou Projeto de Lei nesses termos, pois a saúde de nosso povo não detém natureza disponível, o que admitiria a relativização de princípios constitucionais basilares, conforme a conveniência de organizações internacionais, a exemplo da FIFA.

Nestes termos, quanto ao mérito, a pretensão legislativa original se revela conforme aos ditames constitucionais, uma vez que efetiva o direito fundamental de acesso à saúde, que também deve ser garantida pelos Estados.

Por oportuno, à vista dos elementos destacados nesta análise, se levanta, à evidência, a discutível constitucionalidade do art. 11, da LEI GERAL DA COPA.

É o parecer.

⁴ *Ibidem*, p. 281. Vide: SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*. São Paulo: Malheiros.

⁵ *Idem*.

III - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela:

- a) remessa do presente à CCJ para reanálise;
- (b) restando declarada constitucional a SUBEMENDA à EMENDA MODIFICATIVA, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei;
- c) restando esta declarada inconstitucional, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei na forma atual.

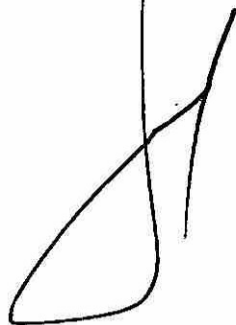
Sala das Comissões, em 14 de junho de 2012.


Deputado NEY LEPREVOST
Presidente

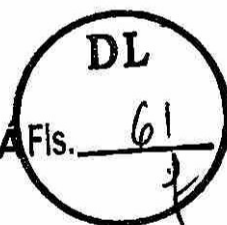

Deputada CANTORA MARA LIMA
Relatora







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2º Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
2012



Subemenda à Emenda Modificativa de autoria do
Deputado Nereu Moura aprovada pela CCJ,
interposta ao Projeto de Lei nº113/2012.

Art. 1º. A Emenda Modificativa de autoria do Deputado Nereu Moura, aprovada pela CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, passa a vigorar na forma da presente subemenda modificativa, com a seguinte redação:

“Art. 1º. Fica proibida, em dias de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas, nos Estádios e Ginásios, cujos eventos desportivos sejam de cunho profissional.”

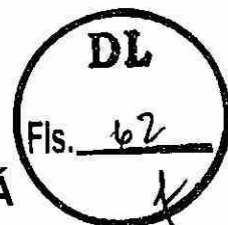
Art. 2º. Esta subemenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões em 13 de junho de 2012.



PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL

Obs: Justificativa em anexo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2º Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
2012



Subemenda à Emenda Modificativa de autoria do
Deputado Nereu Moura aprovada pela CCJ,
interposta ao Projeto de Lei nº113/2012.

JUSTIFICATIVA

A emenda modificativa de autoria do nobre Deputado Nereu Moura, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça, restringiu a proibição da comercialização, distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas, a tão somente aos eventos de jogos de futebol organizados pela Federação Paranaense de Futebol, sendo que a intenção deste autor da proposição em Epígrafe, é abranger a todas as modalidades desportivas, como vôlei, basquetebol, hand ball, futebol dentre inúmeros outras, fazendo valer a premissa de que o esporte em geral, não combina com bebida alcoólica.

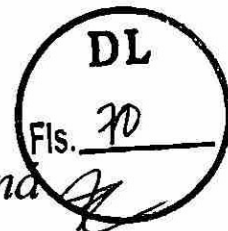
Observe-se também que a presente subemenda restringe a proibição a estádios e ginásios, retirando as expressões "arenas e praças desportivas", constantes da versão original da Proposta, a fim de não gerar conflitos hermenêuticos, que integrem, como por exemplo, os rodeios.

Por fim, é mister salientar, que os eventos desportivos abrangidos pela presente subemenda, restringem-se especificamente aos de cunho profissional.


PARANHOS
DEPUTADO ESTADUAL



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER DA SUBEMENDA (FLS. 61) À EMENDA MODIFICATIVA (FLS. 41) DO
ART. 1º DO PROJETO DE LEI 113/12

Projeto de Lei nº 113/2012
Autor: Deputado Paranhos

Súmula: Proíbe, em dia de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas.

EMENTA: PROIBIÇÃO, NO ESTADO DO PARANÁ, DE BEBIDAS NAS PRAÇAS DESPORTIVAS, INCLUSIVE PARA FINS DOS JOGOS DA COPA DO MUNDO DE 2014. EMENDA MODIFICATIVA AO ART. 1º PELA CCJ. DEPUTADO AUTOR DO PROJETO QUE APRESENTA SUBEMENDA JUNTO À COMISSÃO DE ESPORTES. RECEBIMENTO PELA RELATORA E RETORNO PARA ESTA COMISSÃO. REGIMENTO INTERNO. ART. 29, §1º, III; ART. 51, §3º; ART. 138. POSSIBILIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos, objetivava originalmente vedar a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas "nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas,



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



cujos eventos dependam para sua realização, de autorização do Poder Público Municipal ou Estadual, no âmbito territorial do Estado do Paraná".

Foi aprovado nesta Comissão de Constituição e Justiça, em sessão de 22 de maio de 2012, com Emenda Supressiva (retirando o artigo que previa seus efeitos para os jogos da Copa do Mundo) e Emenda Modificativa (fls. 41) para restringir a proibição para "jogos de futebol profissional organizado pela Federação Paranaense de Futebol, durante os respectivos jogos".

Assim, o autor do Projeto, Deputado Paranhos, apresentou junto à Comissão de Esportes uma Subemenda à Emenda Modificativa para ampliar a proibição para os "Estádios e Ginásios, cujos eventos desportivos sejam de cunho profissional".

A Relatora naquela Comissão, Deputada Cantora Mara Lima recebeu a Subemenda na forma do art. 51, §4º do Regimento Interno (fls. 56) e a encaminhou para esta Comissão para novo parecer.

Justificativa para a Subemenda no sentido de que "a intenção deste autor da proposição em epígrafe é abranger todas as modalidades desportivas, como vôlei, basquetebol, handball, futebol dentre inúmeras outras, fazendo valer a premissa de que o esporte em geral não combina com bebida alcoólica".

Afirma ainda que "a subemenda restringe a proibição a estádios e ginásios, retirando as expressões 'arenas e praças



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



desportivas', constantes na versão original da proposta, a fim de não gerar conflitos hermenêuticos (...) e ainda que "os eventos desportivos abrangidos pela presente subemenda restringem-se especificamente aos de cunho profissional".

É o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como a técnica legislativa utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme explanado no relatório, trata-se de subemenda apresentada pelo Relator à Emenda Modificativa realizada por esta Comissão de Constituição e Justiça.

O Regimento Interno prevê como competência das Comissões a apresentação de emendas e subemendas:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 29 A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as Comissões Permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1o Às Comissões Permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas;

Entretanto, na forma do art. 51, §3º denota-se que qualquer Deputado, após o parecer do Relator ou mesmo antes dele, poderá apresentar Emenda ao Projeto:

Art. 51 O membro da comissão a que for distribuída qualquer matéria terá o prazo de dez dias para apresentação de seu parecer escrito.

§ 1o O Presidente da Comissão poderá, com requerimento fundamentado do relator, prorrogar por mais cinco dias o prazo estabelecido neste artigo. Esgotado o prazo regimental, sem que o relator tenha apresentado parecer, o Presidente designará novo relator, ao qual o processo deverá ser entregue imediatamente.

§ 2o Apresentado o parecer, será lido ou dispensada a sua leitura, e, se estiver impresso, será o mesmo posto em discussão pelo prazo que o Presidente julgar necessário.

§ 3o Logo após o parecer do Relator, ou mesmo antes de sua leitura desde que em Pauta, qualquer dos membros da comissão, assim como qualquer Deputado poderá encaminhar emenda ao Projeto.

§ 4o Recebida a emenda, o Relator emitirá seu parecer.

Assim, certo que o Deputado autor do Projeto também pode apresentar Emenda ou Subemenda (Regimento Interno: "Art. 138. A emenda apresentada a outra emenda denomina-se



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



subemenda") ao seu próprio projeto. Foi o que se deu às fls. 61, com a justificativa de fls. 62.

Verifica-se do Parecer da Comissão de Esportes, que aquela comissão recebeu a subemenda na forma do art. 51, §4º do Regimento Interno e a encaminhou a esta Comissão, tendo deixado emitido parecer favorável tanto em caso de aprovação ou não da subemenda (fls. 60).

Destarte, verifica-se a plena adequação ao Regimento Interno da Subemenda ora analisada, cabendo ressaltar que não se trata de tentativa do autor de reintroduzir a redação original do projeto, eis que retiradas as expressões "Arenas e Praças Desportivas" e feita a devida restrição de que sua validade serão tão somente para eventos desportivos de cunho profissional.

Portanto, não há qualquer óbice constitucional, legal ou regimental para a aprovação da Subemenda apresentada às fls. 61, merecendo aprovação por esta Comissão.



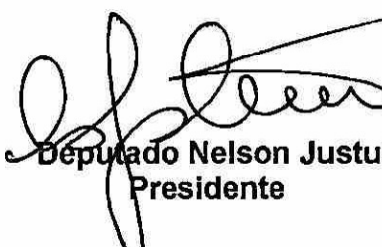
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Subemenda à Emenda Modificativa, apresentada às fls. 61, em virtude de sua adequação ao Regimento Interno.

Sala das Comissões, 26 de JUNHO de 2012.

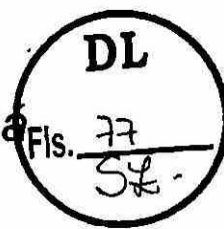

Deputado Nelson Justus
Presidente


Deputado Nelson Luersen
Relator





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER PL Nº. 113/12

Autor: Dep. Paranhos
Relator: Dúlio Genari

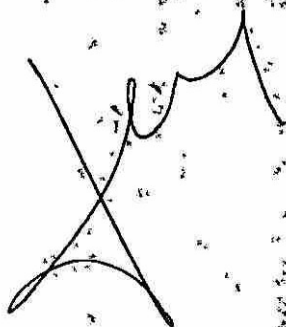
Súmula: Proíbe em dia de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças Desportivas.

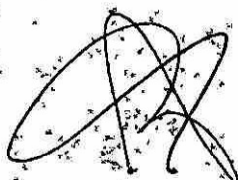
Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do presente projeto de Lei na forma da Subemenda à Emenda Modificativa..

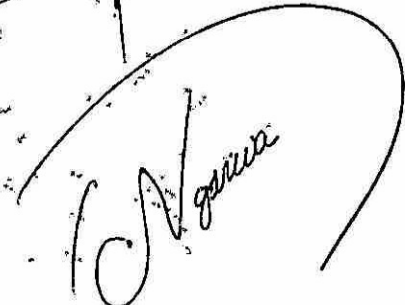
Curitiba, 20 de agosto de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR

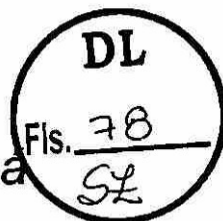






Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



SUBEMENDA À EMENDA MODIFICATIVA DE AUTORIA DO DEPUTADO NEREU MOURA APROVADA PELA CCJ, INTERPOSTA AO PL Nº.113/2012

Art. 1º. A Emenda Modificativa de autoria do Deputado Nereu Moura, aprovada pela CCJ, passa a vigorar na forma da presente subemenda modificativa, com a seguinte redação:

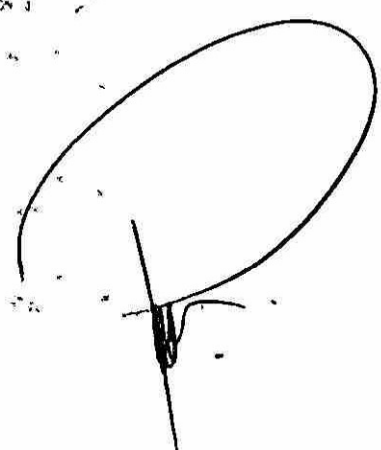
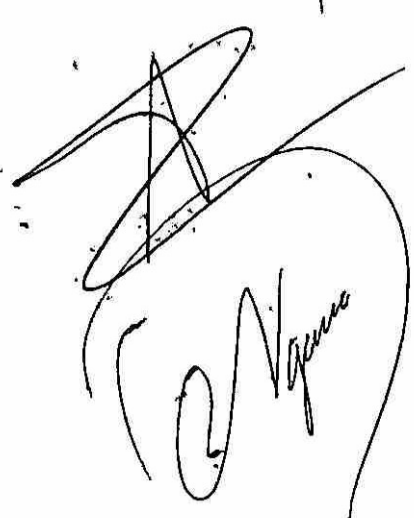
"Art. 1º. Fica proibida em dias de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas, nos Estádios e Ginásios, cujos eventos desportivos sejam de cunho profissional".

Art. 2º. Esta subemenda entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 20 de agosto de 2012:


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


DEPUTADO BÚLIO GENARI
RELATOR



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER DA NOVA SUBEMENDA (FLS. 78) À EMENDA MODIFICATIVA (FLS. 41)
DO ART. 1º DO PROJETO DE LEI 113/12, APRESENTADA DESTA VEZ PELA
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Projeto de Lei nº 113/2012
Autor: Deputado Paranhos

Súmula: Proíbe, em dia de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas.

EMENTA: PROIBIÇÃO, NO ESTADO DO PARANÁ, DE BEBIDAS NAS PRAÇAS DESPORTIVAS, INCLUSIVE PARA FINS DOS JOGOS DA COPA DO MUNDO DE 2014. EMENDA MODIFICATIVA AO ART. 1º PELA CCJ. DEPUTADO AUTOR DO PROJETO QUE APRESENTA SUBEMENDA JUNTO À COMISSÃO DE ESPORTES, JÁ APROVADO NESTA COMISSÃO. NA CONTINUIDADE DO TRÂMITE, A COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO APRESENTA EMENDA DE IDÊNTICO TEOR. SUBEMENDA INÓCUA. REJEIÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paranhos, objetivava originalmente vedar a comercialização e o consumo de bebidas alcoólicas "nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas, cujos eventos dependam para sua realização, de autorização do Poder Público Municipal ou Estadual, no âmbito territorial do Estado do Paraná".

Foi aprovado nesta Comissão de Constituição e Justiça, em sessão de 22 de maio de 2012, com Emenda Supressiva (retirando o artigo que previa seus efeitos para os jogos da Copa do Mundo) e Emenda Modificativa (fls. 41) para restringir a proibição para



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

"jogos de futebol profissional organizado pela Federação Paranaense de Futebol, durante os respectivos jogos".

Assim, o autor do Projeto, Deputado Paranhos, apresentou junto à Comissão de Esportes uma Subemenda à Emenda Modificativa para ampliar a proibição para os "Estádios e Ginásios, cujos eventos desportivos sejam de cunho profissional".

A Relatora naquela Comissão, Deputada Cantora Mara Lima recebeu a Subemenda na forma do art. 51, §4º do Regimento Interno (fls. 56) e a encaminhou para esta Comissão para novo parecer.

Referida Subemenda foi aprovada nesta Comissão (fls. 70/75) e o projeto, ato contínuo, foi encaminhado para a Comissão de Indústria e Comércio, que aprovou o projeto de lei na forma de nova Subemenda (fls. 78), idêntica àquela anteriormente já aprovada nesta Comissão (às fls. 70/75).

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à esta Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade, bem como a técnica legislativa utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Conforme explanado no relatório, trata-se de subemenda apresentada pela Comissão de Indústria e Comércio de teor idêntico à Subemenda apresentada pelo próprio autor do projeto e já aprovada nesta Comissão.

Sobre Emendas e Subemendas, o Regimento Interno prevê:

Art. 136 Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1o Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte de outra.

§ 2o Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conjunto.

§ 3o Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4o Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

§ 5o Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal.

(...)

Art. 138 A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Assim, não alterando em nada a Subemenda já aprovada por esta Comissão, a Subemenda que ora se analisa não se enquadra como supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas, não tendo nenhum efeito para a continuidade do projeto.

Diante de estar o projeto em trâmite com a redação da Subemenda de fls. 61, a rejeição da subemenda (idêntica àquela já aprovada) de fls. 78 é medida que se impõe.

CONCLUSÃO




Diante do exposto, opina-se pela REJEIÇÃO da Subemenda à Emenda Modificativa apresentada às fls. 78, eis que idêntica àquela (de fls. 61) já aprovada nesta Comissão, continuando o projeto a tramitar com a redação da subemenda de fls. 61.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente


Deputado PEDRO LUPION
Relator






Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 113/2012

Súmula: Proíbe, em dia de jogos, a comercialização, a distribuição gratuita e o consumo de bebidas alcoólicas nos Estádios, Ginásios, Arenas e Praças desportivas.

Autor: Deputado Paranhos

Justificativa: impedir o acesso e permanência de pessoas sob o efeito do álcool em eventos esportivos.

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça (com emendas supressiva e modificativa); Comissão de Esportes (com emenda modificativa) e; Comissão de Indústria e Comércio.

PARECER

Quanto à competência desta Comissão, in verbis:

“Art.33-P Compete à Comissão de Defesa do Consumidor manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relacionada à defesa do consumidor, bem como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação dos direitos do consumidor.”



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Lítro



Diante do tema exposto esta Comissão é competente para apreciar e emitir o devido parecer.

Desta feita, a justificativa apresentada pelo parlamentar proponente do Projeto de Lei é suficiente para balizar a sua apresentação, uma vez que, trata da proteção dos interesses do consumidor.

Por outro lado, o objetivo a ser atingido com o Projeto de Lei está em consonância com os ditames do Direito do Consumidor, haja vista buscar a segurança do consumidor, enquanto torcedor em eventos esportivos.

Cumprе ressaltar que a medida se encontra adequada ao Estatuto do Torcedor, em seu artigo 13-A, senão vejamos.

Art. 13-A. São condições de acesso e permanência do torcedor no recinto esportivo, sem prejuízo de outras condições previstas em lei: (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

I – (...)

II - não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência; (Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).

Ou seja, proíbe-se o ingresso no recinto do torcedor que estiver na posse de bebida que possa gerar ou possibilitar a prática de atos de violência.

Com efeito, a norma acima mencionada por restringir direito deve ser interpretada estritamente, sendo que, o presente Projeto de Lei, vem, apenas ampliar o preceito da norma para se concluir que também proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estádios ou ginásios, muito embora o próprio consumo já seja proibido.

Logo, a proibição da venda de bebidas alcoólicas em eventos esportivos pode ser disposta em legislação estadual, uma vez que, tanto o Estatuto do Torcedor, quanto a Lei Geral da Copa, falam em porte e consumo de bebidas, não abarcando, portanto, a sua venda.

Assim, não havendo óbice legal, emite-se parecer **FAVORÁVEL** ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Holleben Mello e Deputada Rose Litro



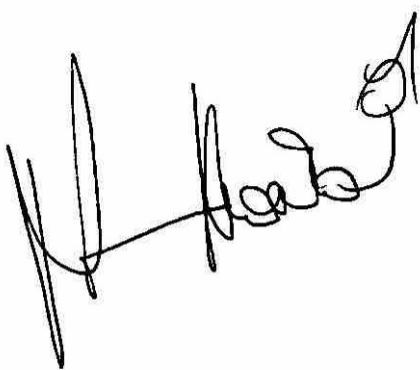
É o Parecer.

Sala das Comissões, em 05 de DEZEMBRO de 2012.


Deputado Péricles de Mello
Presidente


Deputado Adelino Ribeiro
Relator


Rose Litro





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 500/13



Súmula: Incorpora as gratificações de assiduidade e de produtividade ao vencimento básico dos servidores do Quadro do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 1º. Ficam incorporados ao vencimento básico dos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público do Estado do Paraná a gratificação de R\$ 100,00 (cem reais), instituída a título de assiduidade pela Lei 13.628, de 11 de junho de 2002, e o percentual de 90% (noventa por cento) concedido a título de gratificação de produtividade pela Lei nº 13.665, de 04 de julho de 2002, com alteração dada pela Lei nº 15.049, de 05 de abril de 2006.

Parágrafo único. Aplica-se aos servidores inativos a incorporação de que trata o presente artigo.

Art. 2º. As tabelas I, II e III, do Anexo I, e a tabela constante do Anexo IV da Lei nº 17.583 de 04 de junho de 2013, passam a vigorar na forma do Anexo I e II desta lei.

Art. 3º. Os servidores do Ministério Público do Estado do Paraná não poderão perceber, cumulativamente ou não, remuneração superior ao subsídio fixado para o Promotor Substituto, incluídas neste limite as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 5º. Ficam revogadas as Leis nºs 13.628/2002, 13.665/2002 e os artigos 1º e 2º, da Lei nº 15.049/2006.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

ANEXO I

TABELAS DE VENCIMENTOS DO QUADRO DE SERVIDORES



TABELA I GRUPO OCUPACIONAL BÁSICO	
NÍVEL	Incorporação Gratificação de Produtividade e por Assiduidade
1	R\$ 3.097,47
2	R\$ 3.166,25
3	R\$ 3.238,11
4	R\$ 3.311,62
5	R\$ 3.386,85
6	R\$ 3.463,85
7	R\$ 3.542,66
8	R\$ 3.623,33
9	R\$ 3.705,86
10	R\$ 3.790,38
11	R\$ 3.876,75
12	R\$ 3.965,25
13	R\$ 4.055,85
14	R\$ 4.148,52
15	R\$ 4.243,35
16	R\$ 4.340,41
17	R\$ 4.439,80
18	R\$ 4.541,45
19	R\$ 4.645,45
20	R\$ 4.751,99
21	R\$ 4.860,97
22	R\$ 4.972,47

TABELA II GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO	
NÍVEL	Incorporação Gratificação de Produtividade e por Assiduidade
1	R\$ 5.047,20
2	R\$ 5.163,07
3	R\$ 5.281,76
4	R\$ 5.403,16
5	R\$ 5.527,39
6	R\$ 5.654,57
7	R\$ 5.784,75
8	R\$ 5.917,87
9	R\$ 6.054,20
10	R\$ 6.193,70
11	R\$ 6.336,51
12	R\$ 6.482,67
13	R\$ 6.632,16
14	R\$ 6.785,20
15	R\$ 6.941,82
16	R\$ 7.102,15
17	R\$ 7.266,20
18	R\$ 7.434,05
19	R\$ 7.605,93
20	R\$ 7.781,82
21	R\$ 7.961,79
22	R\$ 8.146,06

TABELA III GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR	
NÍVEL	Incorporação Gratificação de Produtividade e por Assiduidade
1	R\$ 9.535,00
2	R\$ 9.756,15
3	R\$ 9.982,31
4	R\$ 10.213,86
5	R\$ 10.450,87
6	R\$ 10.693,38
7	R\$ 10.941,54
8	R\$ 11.195,55
9	R\$ 11.455,58
10	R\$ 11.721,63
11	R\$ 11.993,93
12	R\$ 12.272,60
13	R\$ 12.557,82
14	R\$ 12.849,67
15	R\$ 13.148,39
16	R\$ 13.454,11
17	R\$ 13.766,99
18	R\$ 14.087,18
19	R\$ 14.414,94
20	R\$ 14.750,30
21	R\$ 15.093,64
22	R\$ 15.444,90



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



ANEXO II

TABELA DE GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE ENCARGOS ESPECIAIS

SÍMBOLO	CORRESPONDÊNCIA	VALOR
DAS-1	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 52,2909% DO NÍVEL 22	R\$ 8.076,27
DAS-2	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 47,0617% DO NÍVEL 22	R\$ 7.268,63
DAS-3	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 41,8327% DO NÍVEL 22	R\$ 6.461,01
DAS-4	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 36,6036% DO NÍVEL 22	R\$ 5.653,38
DAS-5	GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR 31,3745% DO NÍVEL 22	R\$ 4.845,76
1-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 51,9855% NÍVEL 22	R\$ 4.234,77
2-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 46,7870% DO NÍVEL 22	R\$ 3.811,29
3-C	GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO 41,5884% DO NÍVEL 22	R\$ 3.387,81



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

JUSTIFICATIVA



O presente anteprojeto de lei propõe a incorporação da gratificação de R\$ 100,00 (cem reais), instituída a título de assiduidade pela Lei 13.628, de 11 de junho de 2002, e do percentual de 90% (noventa por cento) concedido a título de gratificação de produtividade pela Lei nº 13.665, de 04 de julho de 2002, com alteração dada pela Lei nº 15.049, de 05 de abril de 2006, ao vencimento básico dos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público do Estado do Paraná.

A proposta tem por objetivo atender antiga e justa reivindicação dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, conferindo-lhes o mesmo tratamento dado pelo artigo 39 da Lei nº 13.757, de 09 de setembro de 2002, aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo Estadual e pelo artigo 4º da Lei nº 16.745, de 29 de dezembro de 2010, aos servidores do Quadro Próprio do Poder Judiciário, máxime porque, em todos os casos, foi a gratificação de assiduidade instituída em caráter geral e permanente a todos os servidores em atividade.

Idêntico é o fundamento da incorporação da gratificação de produtividade, concedida aos servidores do Ministério Público em 2002, pela Lei nº 13.665, com posterior majoração em 2006, pela Lei nº 15.049, a fim de repor perdas inflacionárias que, no período de julho de 1996 a setembro de 2005, somaram 95,06%.

Com efeito, em relação aos servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná a gratificação de produtividade foi incorporada aos vencimentos dos respectivos servidores em 2004, por intermédio da Lei Estadual nº 14.507.

Vale ressaltar que com a medida que ora se propõe estar-se-á observando a isonomia constitucional que deve existir entre servidores públicos estaduais.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Por igual vem o presente Anteprojeto reparar uma grave disparidade, provocada pelas leis instituidoras da gratificação de assiduidade e da gratificação de produtividade, em relação aos servidores inativos e pensionistas, não obstante o preceito inserto no artigo 7º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 (que manteve a paridade então prevista no artigo 40, § 8º, da Constituição Federal), vale dizer, da extensão aos inativos e pensionistas de qualquer vantagem ou benefício concedido aos servidores em atividade. Na verdade, como salientado, as gratificações de que ora se cuida, instituídas em benefício de todos os servidores em atividade (distinta, pois, de gratificação que pressupõe o exercício de determinada função) consubstanciaram uma forma indireta de complemento de salário.

A par da incorporação que visa o presente Anteprojeto, também se está prevendo um teto remuneratório para os servidores do Ministério Público do Paraná, equivalente ao valor do subsídio percebido pelo Promotor Substituto, a exemplo do preconizado para os servidores do Ministério Público da União.

Anota-se, ainda, que sobredita incorporação, por consistir em gratificações que já vem sendo pagas em caráter geral e permanente, importa em reduzido aumento de remuneração na folha de pagamento, decorrente da repercussão financeira da sua integração na base de cálculo dos adicionais por tempo de serviço. Será custeada com recursos próprios do Ministério Público do Estado do Paraná.

Conforme estudos realizados pelo Departamento de Gestão Pessoas/Divisão de Folha de Pagamento, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$ 478.726,72 (quatrocentos e setenta e oito mil, setecentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos), corresponde a um acréscimo de 1,50%, tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.398, de 18.12.2012), de acordo com a Informação nº 2859/2013, do Departamento Financeiro - DFI.

Por fim, segundo Informação nº 2620/2013, do Departamento Financeiro, o impacto na despesa total com pessoal da Instituição corresponde a 0,0097937% da Receita Corrente Líquida, passando no exercício de 2013 para 1,5306%,



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DIRETORIA LEGISLATIVA
Pag. 78

donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 11 de setembro próximo passado.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente do Anteprojeto de Lei, em anexo, que incorpora, ao vencimento básico dos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público do Estado do Paraná, o valor atualmente percebido a título de gratificação de assiduidade e o percentual percebido a título de gratificação de produtividade, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2013, aprovado pela Lei nº 17.398, de 18.12.2012 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 17.219, de 09.07.2012 (LDO).

Curitiba, 01 de outubro de 2013.

Gilberto Giacoia
Procurador-Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ofício nº 1875/2013-GAB

Curitiba, 01 de outubro de 2013.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 14 OUT. 2013

Primo Chico
1º Secretário

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências

Em, 14/10/2013

[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o Anteprojeto de Lei que incorpora ao vencimento básico dos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público do Estado do Paraná, o valor atualmente percebido a título de gratificação de assiduidade e o percentual percebido a título de gratificação de produtividade.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

[Assinatura]

Gilberto Giacoia

Procurador-Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

14:28 14/10/2013 008735 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 500/2013

Projeto de Lei nº 500/2013

Autor: Procuradoria Geral de Justiça/Ministério Público

Súmula: Incorpora as gratificações de assiduidade e de produtividade ao vencimento básico dos servidores do Quadro do Ministério Público do Estado do Paraná

EMENTA: SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. GRATIFICAÇÕES. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS 65 E 114 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. ARTIGO 127 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. LC 101/00. LC 95/98. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa incorporar a gratificação no valor de R\$ 100,00 (cem reais) a título de assiduidade e o percentual de 90% (noventa por cento) a título de produtividade ao vencimento básico dos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. (grifo nosso)

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

Corroborando deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifo nosso)

Além do mais, a **Lei Federal nº 8.625** de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros; (grifo nosso)

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2013, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Complementar n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

(...)

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. (grifo nosso)

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 22 de outubro de 2013.

Dep. Scatena

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

Dep. Quinteiro

Dep. Tadeu

Dep. Carlos

Dep. Adriano

Dep. Thonau

Dep. Nereu

Dep. Pastor

Dep. Pericles

APROVADO

22/10/13

Dep. Kampouris



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 500/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo da Procuradoria Geral de Justiça-Ministério Público – Ofício nº 1875/2013, que incorpora ao vencimento básico dos servidores efetivos do Quadro do Ministério Público do Estado do Paraná, o valor atualmente percebido a título de gratificação de assiduidade e o percentual percebido a título de gratificação de produtividade.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douda Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi exarou o devido parecer favorável.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pela Procuradoria Geral de Justiça-Ministério Público do Estado do Paraná encontra-se plenamente justificada.

Assevera o autor que, conforme estudos realizados pelo Departamento de Gestão Pessoas/Divisão de Folha de Pagamento, o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, no montante de R\$478.726,72 (quatrocentos e setenta e oito mil, setecentos e vinte e seis reais e setenta e dois centavos), corresponde a um acréscimo de 1,50% (um vírgula cinquenta por cento), tendo referida despesa previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.398, de 18/12/12), de acordo com a Informação nº 2859/2013, do Departamento Financeiro - DFI.

Assinatura



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

Constata-se ainda, que as despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná.

Encontra-se anexo a proposta a declaração do ordenador de despesas, Senhor Dr. Gilberto Giacoia, Procurador-Geral de Justiça, informando que a proposta apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2013, aprovado pela Lei nº 17.398, de 18 de dezembro de 2012 (LOA), e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011, e também com as diretrizes orçamentárias pela Lei nº 17.219, de 09/07/12 (LDO).

Por fim, o autor da Proposta ressalta que com a medida constante do presente Plano de Lei, estar-se-á observando a isonomia constitucional que deve existir entre servidores públicos estaduais.

CONCLUSÃO

Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 06/11/13

DEPUTADO JONÁS GUIMARÃES
PRESIDENTE

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR

Dep. Prof. Lemos

Dep. Duprain

Dep. Waltra



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



PROJETO DE LEI 524/13

SÚMULA: Transfere o Município de Pitangueiras do Foro Regional de Rolândia, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, para a Comarca de Astorga, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, e adota outras providências

Art. 1º Fica o Município de Pitangueiras, do Foro Regional de Rolândia, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, transferido para a Comarca de Astorga, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Art. 2º Fica alterado o art. 288 da Lei Estadual nº 14.277/2003, que passa a vigorar acrescido do inciso XIII, com a seguinte redação:

*"Art. 288. Ficam transferidos os seguintes Distritos Judiciários:
(...)*

XIV – Pitangueiras do Foro Regional de Rolândia, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, para a Comarca de Astorga."

Art. 3º Ficam alterados os Anexos III, Tabelas 1 e 2, e IV da Lei referida no artigo 1º.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto de Lei, originado pelo protocolo sob nº 409.139/2010-PJPR, tem por finalidade transferir o Município de Pitangueiras do Foro Regional de Rolândia, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, para a Comarca de Astorga, de entrância intermediária, visando a readequação da estrutura organizacional do Poder Judiciário no Estado do Paraná, de forma a melhor atender a região ora contemplada.

Com a alteração proposta, pretende-se a reestruturação do Foro Regional de Rolândia, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final e da Comarca de Astorga, de entrância intermediária, de forma a atender o anseio da população local que terá facilitado o acesso ao Poder Judiciário.

A transferência proposta trará evidente comodidade à população local, visto que o Município de Pitangueiras está localizado a 34,5 (trinta e quatro vírgula cinco) quilômetros de Rolândia, enquanto a distância de Pitangueiras para o Município de Astorga é de apenas 13,5 (treze vírgula cinco) quilômetros.

A transferência do Município de Pitangueiras do Foro Regional de Rolândia, Comarca da Região Metropolitana de Londrina para a Comarca de Astorga foi objeto de aprovação pela douta Comissão de Organização e Divisão Judiciárias no dia 15 de julho de 2013, e pelo egrégio Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em Sessão realizada em 14 de outubro de 2013.

Outrossim, os Anexos alterados pela proposta do Anteprojeto de Lei, deverão ser publicados juntamente com o texto final, vez que é parte integrante da mesma.

Em razão da aludida transferência não implicar em aumento de despesas, deixamos de apresentar a Declaração do Ordenador da Despesa.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA ANEXO - IV

...
ASTORGA - Comarca de Entrância Intermediária
...
SERVIÇO DISTRITAL
Serviço distrital de Iguaçu
Serviço distrital de Içara
Serviço distrital de Tupinambá
Serviço distrital de Pitangueiras
...
ROLÂNDIA - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Londrina - Entrância Final
...
SERVIÇO DISTRITAL
Serviço distrital de São Martinho
(1) Serviço distrital de Nossa Senhora Aparecida
...
(1) = SERVENTIA PARA EXTINGUIR NA VACÂNCIA.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003
COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III - TABELA 2

Nº	COMARCA	Nº	Sede / Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
15	Astorga		Astorga	60	Içara
				61	Tupinambá
			Iguaraçu		
			Pitangueiras		


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14.277 DE 30/12/2003

COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - ANEXO III - TABELA 1

Nº	COMARCA / FORO	Nº	Sede / Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
1				
2	Comarca da Região Metropolitana de Londrina				
	I				
	IV Foro Regional de Rolândia	22	Rolândia	41	São Marinho
				42	Nossa Senhora Aparecida (*)
				

LEGENDA

(*) Distritos Judiciários que serão extintos após vacância.





Estado do Paraná
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Curitiba, 18 de outubro de 2013.
Of. nº 1.125/2013-GP

I – À DAP para leitura no expediente.

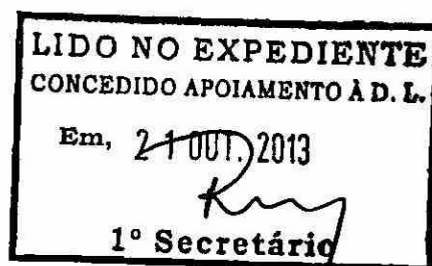
II – À DL para providências.

Em, 21/10/2013

Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Estadual **VALDIR LUIZ ROSSONI**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

Senhor Presidente:



Encaminho a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que propõe a transferência do Município de Pitangueiras do Foro Regional de Rolândia, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, para a Comarca de Astorga, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003.

As razões desta proposição estão contempladas na justificativa que acompanha o aludido anteprojeto.

Deixamos de apresentar a declaração de adequação orçamentária em razão da proposição acima referida não implicar em aumento de despesas.

Neste ensejo, consigno a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Desembargador **GUILHERME LUIZ GOMES**
Presidente do Tribunal de Justiça

Recebido 18/10/13
Voto



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 524/13

Projeto de Lei nº. 524/13

Autor: Tribunal de Justiça

Súmula: Transfere o Município de Pitangueiras do Foro Regional de Rolândia, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, para a Comarca de Astorga, de entrância intermediária, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná e adota outras providências.

EMENTA: ALTERA O CÓDIGO DE DIVISÃO E ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. TRANSFERÊNCIA DE MUNICÍPIO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 96 DA CF. ARTS. 65 E 101 DA CE. INEXISTÊNCIA DE IMPACTO FINANCEIRO. CONSTITUCIONALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O projeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça visa alterar a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, no âmbito da composição de seu Anexo VIII, a fim de readequar a estrutura organizacional de Poder Judiciário no Estado do Paraná, de forma a melhor atender a região ora contemplada, facilitando o acesso ao Poder Judiciário.

De acordo com a justificativa anexa, "a transferência proposta trará evidente comodidade à população local, visto que o Município de Pitangueiras está localizado a 34,5 (trinta e quatro vírgula cinco) quilômetros de Rolândia, enquanto a distância de Pitangueiras para o Município de Astorga é de apenas 13,5 (treze vírgula cinco) quilômetros".

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no **artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

"Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.”

Acerca da iniciativa de apresentação de Leis a que se refere o projeto em questão, oportuno apresentar o conteúdo contido na Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.
(grifo nosso)

A seguir, vislumbra-se a competência constitucional privativa dos Tribunais para legislar acerca de sua estrutura e funcionamento, nos termos do artigo 96, inciso I, alínea “a” da Carta Magna, senão vejamos:

“Art. 96. Compete privativamente:

I - aos tribunais:

a) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

b) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;" (grifo nosso)

A Constituição Estadual estabelece a prerrogativa do Tribunal de Justiça do encaminhamento da alteração da organização e da divisão judiciária para a Assembleia Legislativa do Paraná, sendo o objeto em tela, conforme segue:

"Art. 101. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça, através de seus órgãos:

I - propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal:

(...)

d) a alteração da organização e da divisão judiciárias;" (grifo nosso)

No que se refere a uma possível adequação orçamentária, o Presidente do Tribunal de Justiça assinala em justificativa encaminhada junto ao projeto em comento, que a presente proposição não implica em aumento de



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



despesas, razão pela qual deixou de anexar a Declaração do Ordenador de Despesas.

Vislumbra-se, portanto, que o Tribunal de Justiça detém a competência constitucional para propor o presente Projeto de Lei, não havendo qualquer empecilho para sua aprovação diante da análise desta Comissão de Constituição e Justiça.


Por fim, quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

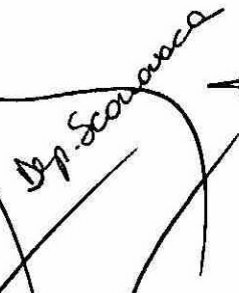
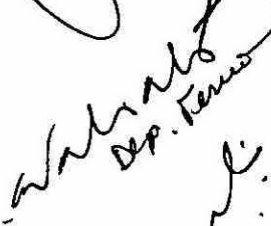



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE**.

Sala das Comissões, 29 de outubro de 2013.


DEPUTADO PEDRO LUPION
PRESIDENTE em exercício


DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR






Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

29/10/13



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 524/13

RELATÓRIO

O Plano de Lei em análise é oriundo do Tribunal de Justiça – Ofício nº 1.125/2013, que transfere o Município de Pitangueiras do Foro Regional de Rolândia, Comarca da Região Metropolitana de Londrina, de entrância final, para a Comarca de Astorga de entrância intermediária alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003 – Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, e adota outras providências.

Inicialmente observamos que a matéria foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Moura exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua Constitucionalidade.

FUNDAMENTAÇÃO

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em questão a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida à análise da Proposição, sob a análise desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta pelo Tribunal de Justiça encontra-se plenamente justificada.

Vale ressaltar que a Constituição Estadual, em seus arts. 65 e 101, asseguram ao Presidente do Tribunal de Justiça, a iniciativa de leis dessa natureza.

Assevera o autor, que deixa de apresentar a declaração de adequação orçamentária em virtude da proposta não implicar em aumento de despesas.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



CONCLUSÃO


Desta forma, opina-se pela Aprovação do Projeto em tela, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.


É o parecer.

Sala das Comissões, 11/11/13


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
PRESIDENTE


DEPUTADO WALDYR PUGLIESI
RELATOR


Dep. Quinteiro


Dep. da União


Dep. Paulo


Dep. Ennio